



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 26 DE MAIO DE 2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Boa tarde, senhoras e senhores.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 11ª audiência pública do ano de 2022.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no link Auditórios Online. Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* diariamente desde o dia 12 de maio de 2022 e dia 13 de maio de 2022 no jornal *O Estado de S.Paulo* e 14 de abril na *Folha de S.Paulo*.

Nós vamos passar a convidar os membros do Executivo para comporem a Mesa conosco. Vamos chamar os representantes do Executivo, do Ministério Público e todos que estão inscritos conosco. Todos terão tempo, com certeza, para que possam se expressar.

Nós vamos ar início às nossas falas e vou pedir licença aos senhores para passar a palavra, imediatamente, ao Vereador Roberto Tripoli, que veio especialmente para que pudesse tratar deste assunto aqui e, em seguida, ele terá um compromisso. É um prazer muito grande em tê-lo aqui.

Tem a palavra o Sr. Roberto Tripoli, para que possa falar do projeto em tela.

O SR. RODRIGO GOULART – Presidente, registre minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Estão presentes, nesta audiência, as Vereadores Silvia da Bancada Feminista, Ely Teruel e os Vereadores Paulo Frange, Antonio Donato e Rodrigo Goulart.

Tem a palavra o Sr. Roberto Tripoli.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Muito obrigado, Sr. Presidente Paulo Frange.

Eu peço para que os Vereadores que queiram registrar presença, possam fazê-lo pelo chat, porque aí nas pessoas veem a presença e não atrapalharia as nossas falas.

O Eduardo Suplicy está presente também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – E presente o Vereador Líder do Governo, Fabio Riva.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Que pena que o Fabio não está aqui.

Boa tarde a todos e a todas. Para quem não me conhece, eu sou Roberto Tripoli e trabalhei a Lei de Ruídos Urbanos, criei o PSIU por substitutivo, na época em que Paulo Maluf criou a Secretaria de Meio Ambiente. Atuo nessa área há muitos anos.

Mas, antes, porém, para ilustrar queria dizer um pouco o que é o Parlamento, o que é a Câmara Municipal, o que são os Vereadores. Para que servem os Vereadores. É interessante, Paulo, que o Prefeito geralmente não recebe a população. Então, o dono do bar não vai marcar uma audiência com o Prefeito. Ele fala com o Vereador, que faz a sua reivindicação ao Prefeito. São muitas pessoas, enfim. E os Vereadores são procurados para beneficiar a população e não para prejudicar a população.

Eu cito isso, porque imagino eu, em 1830, São Paulo tinha 20 mil pessoas que habitavam a cidade de São Paulo, pouca gente. Naquela época, a população ficou muito chateada com o ruído e procurou a Câmara Imperial de São Paulo, e reivindicou os seus direitos. E quais eram? No Centro de São Paulo, existiam aquelas carroças com eixo rígido e as rodas de madeira. Então, conforme se movimentavam, com o boi puxando, aquelas carroças faziam um ruído. Isso levou a população a procurar a Câmara Imperial de São Paulo, em 1825, acredito eu, reivindicando os seus direitos. E a Câmara fez uma lei dizendo o seguinte: “Quem não engraxar o eixo rígido com gordura, a multa é de 5 mil réis e 24 horas de penalidade de cadeia”. Quer dizer, essa foi uma das primeiras leis sobre ruídos urbanos que nós pesquisamos depois de coordenar um trabalho e eu vou chegar a este trabalho.

Mas tem uma outra lei, por exemplo, que é da Rua Sete de Abril, Centro de São Paulo. Os alfaiates colocavam aquela mesa grande na calçada e ficavam cortando tecido e cantarolando. Aí fizeram uma lei também para proibir que eles colocassem as mesas na calçada. Então, eu digo isso por dois motivos. Primeiro, porque a poluição sonora é terrível. Segundo, que a população procure o Vereador.

Em 1989, eu era Vice-Presidente do então Presidente da Câmara, Eduardo Matarazzo Suplicy. Eu recebi aqui uma população também que estava sendo prejudicada. A população da Vila Madalena. Vocês conhecem o bairro de Vila Madalena. O que acontece? Tinha

uma professora ali, que alugou uma casa pequena e, em seguida, alguém alugou uma casa vizinha e colocou um bar. E essa professora aposentada, ganhando os seus mil, dois mil reais por mês, não tinha saída. Essa moça se suicidou. Imaginem vocês: ela chegava do trabalho – ela era aposentada, mas ela trabalhava -, já de idade e a casa noturna do lado fazendo barulho a madrugada toda. Eu, quando Vereador em meu primeiro mandato, recebendo essa população de Vila Madalena, eu procurei Luíza Erundina, que fez a Portaria 14, em 1989, que eu coordenasse uma comissão de estudos para minimizar a questão do ruído em São Paulo. Então, naquele momento, não existia decibelímetro na Cidade, não existia nada a respeito de ruído. Você procurava a Subprefeitura na época, que era Administração Regional, e não tinha nenhuma equipe para fiscalizar.

Então, eu coordenei um grupo de estudos em que participou o IPT, a Associação de Otorrinos do Estado de São Paulo e grandes urbanistas, enfim. E nós tiramos dali os níveis de decibéis que poderiam ser utilizados.

Em seguida, no Governo Paulo Maluf, quando ele criou a primeira Secretaria de Meio Ambiente do Município de São Paulo, quando veio o projeto aqui para a Câmara - o Paulo é da época e o Eduardo também -, eu fiz um substitutivo criando não o PSIU, mas um departamento que cuidasse de ruídos urbanos, que foi dado por Paulo Maluf como PSIU, e com decibelímetros, enfim.

Agora eu vou chegar ao projeto de lei. Nós estávamos aqui votando vários projetos e, de repente, nós fomos surpresos com uma Reunião de Líderes, às 20h30min, em que a presidência pedia para se votar um substitutivo. Esse substitutivo dizia o seguinte: muda-se o artigo tal, do parágrafo tal, da lei número tal. Mas não falava nada de decibéis, nada. Os Vereadores ficaram surpresos. Aí, veio para Plenário e eu pedi pela ordem. Eu falei: “Presidente, aí, 85 decibéis. Este projeto é poluição sonora. É ruído urbano. Tem de ser discutido”.

Tem um artigo nosso, na Lei Orgânica do Município, meu e do ex-Vereador Arnaldo Madeira, que tem de ter duas audiências públicas em todos os temas que dizem respeito a criança, a finanças, a adolescente, enfim. Eu questionei a presidência naquele momento:

“Presidente, tem de ter audiência pública. Este projeto de lei é um absurdo. Este projeto de lei é um absurdo”.

É chato que o Vereador Messias, que eu conheço pouco e que é o autor da lei, não esteja presente, mas deve estar nos ouvindo, eu queria saber do Vereador Messias, que é autor deste projeto, quem são os moradores que o procuraram para que fizesse esta lei. Qual população que procurou esse Vereador para apresentar esta lei para prejudicar a população de São Paulo? (Palmas) Quem procurou o Messias para apresentar? Porque eu digo o seguinte, eu faço uma revista... Vocês me conhecem, eu estou no meu 10º mandato. Quer dizer, eu já sou velho na Casa e eu faço uma revista que chama *Ecoando*, Paulo, que diz sobre o projeto, que eu fiz, da castração; um milhão de animais que foram castrados; o hospital público que eu criei, coloquei dinheiro no Orçamento, enfim. eu faço a minha revista. Eu pergunto: o Vereador Messias vai fazer o que, no momento da revista dele? Ele vai falar: “Eu apresentei um projeto que prejudicou mais de um milhão de pessoas”. Onde ele vai buscar voto? Onde estão os eleitores do Vereador Marcelo Messias com o coautor, que é o Sr. Líder do Governo, infelizmente, pegou coronavírus e espero que V.Exa. retorne o mais breve possível. Mas esse projeto, me parece que é do Governo, porque é de um Vereador do MDB e do Líder do Governo, que assina. Eu sou da Base do Governo, vou trabalhar radicalmente contra esse projeto.

Agora, sinto que há uma pressão e não é uma pressão popular, porque diminuíram o interstício da audiência pública. Não sei se tem uma audiência pública, tem de fazer duas, aqui reduziram sem o Plenário ficar sabendo de fato qual era o projeto. Projeto nº tal, tal, tal, interstício reduzido. É para votar? Não. É só para mudar o interstício. Quer dizer, para reduzir os dias de audiência pública.

Os senhores sabem que a poluição sonora interfere na economia, a pessoa que dorme e não descansa a cabeça não produz. Essas são pesquisas americanas que fui atrás, há muitos anos, enfim, hospitais que tratam com certo problema de saúde, onde há ruídos urbanos, Dr. Paulo Frange sabe disso, que é um grande médico, e na região da Pompeia, Lapa, todos conhecem o Vereador Paulo Frange, que está preocupado também com esse projeto, tenho

certeza disso. Não sei quem vai votar nesse projeto, não sei quem está pedindo para votar, esse projeto deve ter interesse econômico. No meu entendimento esse projeto tem interesse somente econômico. Quem vai ganhar com esse projeto? Dois, três empresários. Quem vai se beneficiar com esse projeto, eu queria saber.

A Lei que fizemos, de minha autoria, aqui em São Paulo, era o direito das pessoas dormirem e o direito de as pessoas dançarem e se divertirem. Então, criei a lei da acústica, se for fazer um bar ou uma boate, é feita uma acústica dentro, assina o proprietário do imóvel, assina o engenheiro técnico de acústica, que aquele lugar não vaza som. A partir daí quem entra lá se diverte e os vizinhos podem dormir, direito ao sono.

Agora, esse projeto beneficia empresários. Quero saber onde o Vereador Marcelo Messias vai colocar, no seu jornal, na sua revista, na sua publicação, que fez uma lei que prejudicou 1 milhão de pessoas. E tenho dito isso a algumas pessoas que me procuraram, porque morei na Teixeira e Souza, não sei se conhecem, sou nascido na Rebouças, morei até os 10 anos de idade na Santa Cecília, Barão de Tatuí, e depois fui para a Teixeira e Souza, que fica atrás do Palmeiras, atrás porque a entrada principal é Palestra, na Turiassu.

Então, imagine, Vereador Paulo Frange, as pessoas que moram na Turiassu, Pompeia, João Ramalho, as pessoas nem estão sabendo desse projeto de lei, porque as pessoas estão chateadas com tudo o que está acontecendo, é guerra na Ucrânia, é o nosso Governo que é triste, inclusive, é Messias também. Então, esses Messias, não sei o que está acontecendo. Estava conversando com a Márcia, que trabalha na Liderança do Governo, que momento ruim estamos passando. Está passando uma boiada, Vereador Paulo Frange, as comissões permanentes já não são mais ouvidas.

Então, tivemos um projeto que diz respeito à educação e não passou pela Comissão de Educação, e veio para o Plenário. A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa sempre fez os trabalhos separados, porque é a única que breca o projeto, se é ilegal, inconstitucional, para, e está participando de Congresso de Comissões, não tem cabimento. O parlamento está ruim, as propostas dos Vereadores - da maioria - são

demagógicas, mandando carta para eleitor ou coisa parecida.

Então, não sou um técnico da área, sou publicitário por formação, ambientalista por opção, não costumo usar do microfone da Câmara Municipal, faço tudo virtual, comecei aqui em 1983, estou há bastante tempo na Casa e nunca vi apresentarem uma lei desse tipo. Nunca. Vou dizer uma coisa, Vereador Senival Moura, se esse projeto for aprovado, porque não acredito que Vereadores como Aurélio Nomura, do PSDB, Delegado Palumbo, da Lapa, são pessoas honestas, não acredito que votem nesse projeto, Vereador Paulo Frange, médico, urbanista, não acredito. Quem vai votar nesse projeto?

E se votado, com certeza, vamos fazer cartazes e distribuir o rosto, primeiro o rosto do autor, grande, depois o rosto pequenininho dos outros, ir aos bairros para dizer: esses daqui. Estou falando porque não sou mais candidato, não venho aqui faz tempo, o Vereador Paulo Frange sabe disso. Estava de viagem marcada, ontem à noite fiquei sabendo da audiência e falei, não posso deixar de vir. Já usei muito esta tribuna, mas há muito tempo que não volto porque, enfim, a situação está triste.

Então, peço aos senhores mais uma vez, caso aprovado esse projeto, além do cartaz, temos de abrir uma CPI para saber como caminhou esse projeto, quem procurou o Vereador Marcelo Messias ou o Líder do Governo ou o Prefeito. Temos de perguntar ao Prefeito, vamos começar a passar a agenda do Prefeito para vocês, e vocês vão à agenda do Prefeito: Prefeito, porque o senhor quer prejudicar a gente nesse momento, só vai ajudar dois, três empresários que vão ganhar dinheiro. Vai fazer show, Interlagos, vai fazer no Anhembi, vai fazer onde tem de fazer.

Enfim, não vou me alongar, sei que tem muita gente para falar, mas eu ficaria horas falando mal do projeto e pedindo a atenção dos senhores para que anotem o nome dos Vereadores, porque esse projeto só ajuda alguns poucos empresários, alguns poucos técnicos. Não venha me falar que vai perder o emprego porque não vai. Fiz a lei de poluição visual, acabamos com outdoor, enfim, em São Paulo, é lei de minha autoria, Cidade Limpa. E falavam, vai acabar com os empregos. Não acabou, está tudo aí, a Cidade está linda.

Desculpem falar muito. Muito obrigado, tenham uma boa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Roberto Tripoli. Vereador Fabio Riva, já lhe passo a palavra.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Sr. Presidente, peço que registre minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereadora Cris Monteiro, muito obrigado pela presença.

Convido a fazer parte da Mesa os Srs. Serafim Mota, Coordenador do Contru, representante do Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, Marcos Gadelho, e Daniel Carone, Assessor do Contru. Vou passar às mãos do Contru, enquanto não chamo os outros, para que possam estudar o alvará de licenciamento da Real Arenas Empreendimentos Imobiliários, do Palmeiras, porque para nosso espanto, no alvará emitido, em 2021, um dos itens diz que o nível máximo de som permitido de 65 decibéis, das 7h às 22h; 55 decibéis, das 22h às 7h e de XX decibéis das 22h às 7h, de acordo com a NBR 10151, da ABNT.

É a primeira vez na minha vida que vejo um texto desse. Vou passar para que os senhores depois possam nos explicar, porque do ponto de vista do Código de Obras, do ponto de vista da Lei de Zoneamento, tabela de incomodidade, nunca tínhamos visto um alvará desse, até para que os senhores possam se manifestar, porque se for absolutamente equivocado, e em minha opinião é, esse alvará tem de ser cassado, não deveria estar na mão de ninguém. E está rodando por aí, há acesso de internet muito fácil, mas vou passar para os senhores se manifestarem, é o item de nº 13.

Vou chamar Marília Pedroso Luccas, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento; representando o Secretário das Subprefeituras Alexandre Modonezi, Anete Ueno; representando a Procuradoria do Município, Maurício Tonin, Procurador do Município...

- Fala simultânea no ambiente virtual.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - E da SPTuris, representando a São Paulo Turismo, Leandro Gimenez, Ouvidor Geral, está conosco também.

Vereador Fabio Riva, Líder do Governo, V.Exa. gostaria de fazer uma fala agora, ou

deixar para o final?

O SR. FABIO RIVA – Obrigado, Presidente. Estou bem rouco, porque estou com Covid, estou em casa.

Eu vou tentar ser bastante econômico. Eu gostaria de ouvir os convidados e, depois, se o senhor puder retornar, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay, obrigado. Indago aos Srs. Vereadores se podemos ouvir os convidados. Nós temos aqui o Sr. Marcelo de Mello Aquilino, físico e pesquisador do IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas, para fazer uma apresentação. Então, fique à vontade.

O SR. MARCELO DE MELLO AQUINO – Boa tarde a todos e a todas. É um prazer estar aqui. O IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo – é uma entidade que já tem 122 anos e que dá apoio tecnológico, é o braço tecnológico do Estado, do Município, e a gente já trabalho com ruído há quase 40 anos, então já fizemos diversos trabalhos e eu vou trazer o enfoque técnico dessa questão da incomodidade sonora e dos 85 decibéis.

Na minha apresentação, eu grifo em amarelo as coisas que nós temos que tomar como ponto focal dessa análise. O projeto diz para acrescentar um inciso que diz: Do período das 12h às 23h, é um total de 11 horas, elevar o limite de pressão sonora – o RL_{Aeq} – a 85 decibéis.

- O orador passa a se referir a imagens na tela de projeção.

O SR. MARCELO DE MELLO AQUINO – Eu vou explicar exatamente o que são esses três termos. É muito importante a gente ter em mente que o nosso ouvido não percebe os sons de forma linear, então a sensação sonora não é algo que eu posso mensurar e fazer contas com os decibéis, a quantidade de decibéis, de forma aritmética. É uma grandeza logarítmica que, tendo variação de poucos números, significam impactos muito grandes na nossa percepção de ruído.

Ali nós estamos mostrando um gráfico como um termômetro, que seria o nível de ruído. Quer dizer, a pressão sonora do lado esquerdo e o nível de pressão sonora, em decibéis,

do lado direito. Então vejam que os números do lado direito sobem 10, 20, 30, 40, enquanto do lado esquerdo está subindo de 100, 1000, 100.000, até chegar a 1 milhão.

Essa é a pressão que nós temos referente à quantidade de decibéis, já que o nosso ouvido não percebe o som de forma linear. O gráfico da direita, aquela curva verde abaixo, mostra a sensação, o limite que o nosso ouvido percebe. Nós percebemos pouco, baixas frequências; muito, médias e altas frequências; e, quando subimos para altíssimas frequências, deixamos de ouvir.

Então, a questão é: Por que 85 decibéis? Agora há pouco o Vereador Paulo Frange falou da Norma 10.151, revista em 2020, que estabelece níveis de ruído nunca maiores do que 70 decibéis no período diurno e nunca menores do que 40 decibéis no noturno. Só que 40 decibéis é em área rural.

Sendo assim, a realidade da nossa cidade está em níveis de 55 a 70 decibéis, isso variando o período noturno e diurno. E tem algumas restrições: se o dia seguinte for um domingo, o período noturno muda de horário, passa a ser até às 9h da manhã.

Essa é a reprodução da tabela que está na lei de zoneamento, a Lei Municipal 16.402, que determina o nível de ruído de todas as regiões da Cidade. Nesta tabela, em nenhum momento, tanto no período diurno, quanto noturno, também ultrapassamos valores de 55 a 65. Quer dizer, o mínimo na cidade para o período noturno permitido é 55 decibéis; e o máximo para o período diurno, 65 decibéis.

Então, tanto a norma brasileira, 10.151, quanto a nossa lei do Município, estabelecem limites de 55 a 65 decibéis em todas as regiões. As ZOE's não estão naquela tabela, e a nossa discussão é a questão das ZOE's.

O que são 85 decibéis ponderados na escala? Nós temos dois conhecidos que praticamente todas as pessoas conhecem. Um equipamento desse dentro de um ambiente, de uma sala, de uma cozinha, ligado, vai produzir um nível de 85 decibéis. É um liquidificador, um aspirador de pó, um trem passando, um fluxo de carros extremamente alto numa via elevada. Então, 85 decibéis é um número extremamente alto.

O LAeq equivale a uma média, não é o valor máximo nem o mínimo, é o valor ponderado no tempo. Então eu vou pegar a medição de um evento no tempo, ele vai ter diversos níveis de ruído e o LAeq vai fazer uma média ponderando esses níveis de ruído. Então a ponderação em A ajusta o nível de ruído ao que o nosso ouvido é sensível – aquilo que nós ouvimos pouco, baixas frequências; e ouvimos muito bem, altas frequências. Então ele faz uma ponderação nisso.

O que isso impacta na questão da medição? É um nível equivalente, e eu tenho que determinar um intervalo de tempo para medir.

Podemos passar para a próxima.

Um resultado de uma medição me dá um espectro, uma linha de tempo do ruído com diversos níveis que se repetem, que podem se anular, são mais altos num determinado momento, são mais baixos em outro. E para fazer a análise do LAeq, internamente, os equipamentos, ou nós fazemos os cálculos, ele faz essa análise do LAeq pegando cada linha desta do gráfico, agrupando nas que mais se repetem.

Por exemplo, tem vários picos ali na ordem de quase 100 dB. Então quantas vezes aconteceram 100 dB? Depois, quantas vezes aconteceram 70 dB? Quantas vezes que aconteceram 40 dB? Quantas vezes que aconteceram 90 dB? Faz-se uma ponderação. E aí nós temos um resultado – que está na próxima transparência.

Por favor, passem. Essas barras azuis são as transcrições do nível de ruído que ocorreu em cada nível de decibéis. A barra mais de baixo está me dizendo o que aconteceu de ruído, que foi um ruído de 70 decibéis. Então, 32% do tempo, nós tivemos 70 dB; 75 dB, tivemos 4% do tempo; 85 dB, nós tivemos 56% do tempo; 4% do tempo foi ruído de 90 dB; e 4% foi um ruído de 100 dB. Isso é uma coisa bem real. É uma coisa que sempre acontece.

Se eu fizer o LAeq deste mapa não dá 85, dá 88. Aquela pouca quantidade de tempo em que ocorreu aquilo – 90-100 decibéis – fez o um LAeq aumentar. “Ah, Marcelo, mas aumentou 3 dB?” O que são 3 dB? O que significa? Temos agora a questão da sensação de ruído e da energia sonora.

O que acontece quando eu aumento 10 dB numa medição de ruído? Por exemplo, eu tinha 55 dB, aumentei para 65 dB. Dobrou a minha sensação auditiva. É uma sensação de que eu tenho o dobro de ruído quando eu aumento 10 dB. Então, quando eu aumentar de 55 dB para 85 dB... De 55 para 65 dB, dobrou; de 65 dB para 75 dB, quatro vezes; de 75 dB para 85 dB, oito vezes. Então a sensação de ruído que eu vou ter, aumentando o nível no turno que, na grande maioria da nossa cidade, é de 55 dB, vai ter um impacto de oito vezes a sensação nos nossos ouvidos. Então é uma coisa muito grande.

De novo, a tabelinha que eu coloco ao lado. Em nenhum ponto da NBR 10151, a nossa lei que fala sobre incomodidade sonora, aparecem números maiores que 70, que é numa área predominantemente industrial. Nas áreas residenciais mistas é 65 dB e 55 dB.

Falantes de sensação. Agora eu vou falar a pressão que ocorre nos nossos ouvidos. Sensação é o que eu sinto. Agora, qual é a pressão nos nossos tímpanos?

No momento em que eu aumento 3 dB num ruído, eu estou dobrando a energia. Então o que vai acontecer? Quando eu passar de 55 dB para 58 dB, dobrou; para 61 dB, quadruplicou; e assim por diante, até chegar aos 85 dB. Então, elevar o nível de ruído de 55 dB para 85 dB significa aumentar aproximadamente mil vezes o impacto nos nossos ouvidos. Então é uma coisa brutal em termos de saúde pública.

Hoje, ruído, é uma questão de saúde pública, não é mais uma questão de perda auditiva. É uma questão de saúde. Tem diversas patologias já comprovadas que é hipertensão, problemas nos rins.

O Dr. Paulo Frange pode falar melhor do que eu. Eu sou físico, ele é médico, mas ele entende muito bem do assunto.

Então a questão do impacto é importante.

O Vereador Tripoli falou agora há pouco aqui que uma pessoa que não dorme bem não produz bem. E o problema também é que quando nós dormimos o nosso córtex, o nosso cérebro, não desliga, o sistema auditivo continua ligado, a informação que é mandada para o cérebro vai como uma informação em que nós não temos um filtro intelectual. Então o cérebro

fica sendo bombardeado o tempo todo com ruído. E os nossos corpos estão plasmados ainda que ruído é uma sensação de perigo. Então você não dorme tranquilo, você começa a produzir uma série de enzimas, toxinas e hormônios que prejudicam a saúde.

Então sensação vai multiplicar por oito. Pressão nos nossos ouvidos vai multiplicar por mil.

Vamos passar para uma próxima coisa que é extremamente importante nessa área que estamos falando: não confundir os níveis de ruído laboral com os níveis de ruído que estão estabelecidos nas nossas normas e nas nossas leis.

Ruído laboral é para uma jornada de oito horas, um determinado nível de pressão sonora, em que está implícita a dose de ruído. Nós temos que avaliar a dose de ruído de um trabalhador. E para avaliar a dose de ruído de um trabalhador, nós temos que ter a medição durante todo o tempo em que ele trabalha. Nós colocamos dosímetros nos trabalhadores. E eu meço o tempo todo, vejo a avaliação. E quando eu fizer as contas com aqueles gráficos, com aqueles dados que eu tenho no gráfico, aquela conta não pode dar maior do que um. É pegar o nível a que ele ficou exposto, a quantidade de tempo que ele ficou exposto, e dividir pelo tempo que ele pode ficar exposto. Neste caso que mostramos, seria também insalubre, porque o número que está dando é 1,29. Estaria 30% acima do que seria permitido para um trabalhador. Então o nível laboral não pode ser confundido com o nível de incomodidade sonora. Nível laboral é para trabalhador que tem protetor auricular, que está ciente, tem um sistema de segurança do trabalho, tudo; para a população, não podemos pensar nisso.

Outra coisa extremamente importante: o som atravessa a rua, o som invade territórios. O som não é que nem um rio, que tem as margens que o limita. O som é uma expansão de ondas mecânicas em todas as dimensões que vai se propagar dentro das cidades, dentro dos bairros, dentro das casas, em tudo. Isso é importante.

Na próxima transparência eu trago um exemplo de uma área, um trecho da cidade, onde existem ZOE's. Esse é um trecho extraído ontem do portal GeoSampa, que está disponível para todos verem, que é ali, por exemplo, a área do Pacaembu.

O próprio GeoSampa mostra as ZOE's que estão... aquele retângulo do lado direito, o próprio Pacaembu, permeado, circundado por outras zonas que são divididas, simplesmente, por uma rua. Então, se eu permitir numa ZOE 85 decibéis, o som vai atravessar a rua, vai se permear para as outras regiões. E nós começamos a ter um problema sério porque além da incomodidade, a norma NBR 10151 estabelece que a medição de ruído de alguém que reclame do ruído em potencial, impactado pelo ruído, deve ser feita dentro da residência do incomodado com as janelas abertas. Se o ruído atravessar a rua, vai entrar na residência e vai perturbar o morador.

Então, nós não podemos imaginar que posso conter um ruído sem barreiras, sem fechamentos, sem enclausuramentos, sem diminuição da fonte sonora. Então, existem várias soluções para mitigar um ruído, mas 85 dB não é admissível.

Podemos passar para outra, por favor. Esse é um mapa de ruído elaborado pelo IPT de um trecho conhecido da cidade entre a Marginal Pinheiros e a Avenida Paulista, Rebouças e Nove de Julho, onde tenho um mapeamento de ruído e a distribuição do som na cidade.

Os pontos mais vermelhos e azuis são os locais onde mais ruído nós temos. Por que eu trouxe esse mapa? Para mostrar, na realidade, a figura de baixo. A figura de baixo é a perspectiva tirada também do Geosampa com todas as edificações, porque eu tenho que imaginar que quando existe uma propagação de ruído, nós não estamos vendo um papel plano, nós estamos tendo um ruído no relevo. Se a minha fonte sonora estiver mais baixa e o receptor em cima, a fonte sonora atingirá esse receptor de forma direta, sem interferência nenhuma.

Podemos passar para outra. Por quê? Porque o som pode vir direto para nós, pode ir direto para uma superfície e ser refletida para nós, ou quando ele passa por um obstáculo, ele também muda de direção, criando essa distribuição de ruído na cidade.

Podemos passar para a próxima. Isso eu já adiantei e já falei: avaliação de incomodidade sonora. Avaliação sonora em ambientes externos deve seguir a tabela 3 da norma NBR 10151 que estabelecem limites de, no máximo, 70 dB diurno para área industrial e noturno para área industrial 60 dB e, para a maior parte das áreas da nossa cidade, 65 e 65 dB.

Esses números se repetem não na nossa norma. Isso é normalização internacional. A Organização Mundial de Saúde hoje estabelece que deveríamos ter para questão de saúde pública 50 dB, admitindo-se até 65 dB. Então, os números não são inventados. Eles são estudados. A gente está falando tudo isso baseado na ciência.

Podemos passar, mais uma vez. Esse é um aspecto importante que eu já tinha adiantado também. Aquele mapa de ruído que nós fizemos do IPT pode ser feito um mapa de ruído tridimensional.

A variação de cor na fachada dos prédios me mostra o quanto está sendo atingido cada apartamento, cada moradia. Então, nós temos uma distribuição diferente por andares, por relevo, por uma série de condições, e a medição tem que ser feita sempre no reclamante.

Por favor, mais uma para a gente encerrar. Então, quais são as razões para não ser adotado os limites de 85 dB. O ruído não ficará restrito ao limite físico das ZOEs. A energia e a sensação sonora serão elevadas a níveis prejudiciais na questão, inclusive, da saúde pública. E o ambiente onde será feita a fiscalização continuará sempre sendo no reclamante, conforme previsto na normalização técnica.

Então, a adoção do limite de 85, ao nosso ver, nós, técnicos do IPT, provocará uma devastação na paisagem sonora de diversas regiões da cidade de São Paulo.

Isso era o que eu tinha que falar a vocês.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Excelente. Muito obrigado. Muito obrigado pelo carinho.

Se puder, depois, juntar esse material ao nosso. Nós já recebemos, mas oficialmente estamos pedindo para deixarmos na Comissão de Política Urbana também.

O SR. MARCELO DE MELLO AQUINO – Mandamos a vocês, com prazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Para aqueles que estão conosco, os convidados que estão nas galerias, podem fazer

as inscrições com a Vera; quem estiver embaixo e quiser se inscrever, com a Elaine.

Vou passar a palavra, em seguida, para que os representantes do Ministério Público, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Dr. Jairo de Luca e dois outros companheiros do Ministério Público, para que passe a palavra para cada um de vocês, por cinco minutos, para que possam falar. Se puderem usar a tribuna, fiquem à vontade.

Então, Dr. Jairo Edward de Luca, da 5ª Promotoria do Meio Ambiente da Capital.

O SR. JAIRO EDWARD DE LUCA – Boa tarde. É uma honra estar aqui. Eu não tenho habilidade para falar, então, eu escrevi. Mas eu cronometrei e vai até cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Fique à vontade.

O SR. JAIRO EDWARD DE LUCA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, estimadas pessoas aqui presentes. Eu não tenho habilidade para falar, então, eu escrevi. Mas eu cronometrei, e vai até cinco minutos. Sinto-me honrado pelo convite de participar desta audiência pública e me encontrar na Casa Legislativa de São Paulo. Meu nome é Jairo Edward de Luca e passei a exercer, desde meados de outubro de 2021, as funções do 5º Promotor de Justiça do Meio Ambiente da capital, com atribuição de oficiar, no Inquérito Civil nº 315/2016, no qual se apuram incomodidades, excesso de ruídos, inerentes aos shows realizados no Allianz Parque.

Laudo técnico do IPT, conforme demonstrado hoje, mas nos autos do inquérito demonstrou que os shows produzem ruídos superiores aos estabelecidos pela legislação, e o volume de som tem gerado desconforto aos moradores do entorno, com potencialidade de lhes afetar a saúde física e mental.

Iniciaram-se tratativas com a empresa responsável, no sentido de se formular Termo de Ajustamento de Conduta, com respaldo do IPT, que objetivará mitigar ao excesso de ruídos, de modo a ver se é possível conciliar os interesses do empreendimento com o bem-estar da coletividade.

Após diligências do PSIU, comprovou-se, oficialmente, pela terceira vez, pressão sonora no Allianz acima do admitido pelas normas em vigor, ocasionando a interdição temporária

do equipamento cultural, suspensa por decisão judicial em sede de liminar.

Na mesma noite em que o PSIU realizava a sua fiscalização, no dia 05, da qual gerou a interdição do local, passou-se a discutir nesta egrégia Casa de Leis a aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei 239/2018, de modo a ampliar para 85 dB os limites de pressão sonora da ZOEs do Allianz Parque e do Morumbi, o que deu margem à propositura de Ação Civil Pública, voltada a suspender a aprovação que poderia se dar no dia 06 de abril, pois a questão não fora precedida de audiências públicas.

Após a retirada de pauta do substitutivo, este foi alargado para abranger todas as zonas de ocupação especial da capital previstas na Lei 16.402/2016, e a petição do Ministério Público foi emendada para apontar o fato de que a primeira audiência pública ocorrida em 28 de abril de 2022 não teria sido, em tese, precedida de ampla publicidade, na forma do Regimento Interno da Câmara.

De qualquer sorte, a questão relativa à tramitação do substitutivo se encontra ajuizada.

Que fique claro que a soberania do Legislativo lhe permite votar as matérias que reputar devidas, e o Judiciário e o Ministério Público de base não podem travar discussões de aprovações de Projetos de Lei em relação ao mérito das propostas legislativas, ainda que, em momento posterior, na esfera competente se possa, eventualmente, questionar a inconstitucionalidade da lei.

De qualquer sorte, em relação ao substitutivo em foco, o Ministério Público formula dois pedidos de naturezas distintas. O primeiro é dirigido ao Judiciário, questionando a validade da audiência do dia 28 de abril, aparentemente realizada sem ampla divulgação. O segundo, de natureza política, é dirigido a V.Exas, Srs. Vereadores e Vereadoras, no sentido de que não aprovem o substitutivo sem antes determinar a realização de estudos técnicos para cada uma das Zonas de Ocupação Especial, de modo a fixar parâmetros de pressão sonora compatível com o bem-estar das pessoas com sua saúde física e mental.

Com efeito, conforme melhor explicará o meu colega Jorge, ruídos em excesso têm

se tornado um problema sério e complexo de saúde pública, demonstrando, por um lado, falhas na formulação de políticas eficientes para contê-los. E, de outro lado, o triste e profundo desrespeito das pessoas com o coletivo.

E aqui eu cito somente um exemplo, Sr. Presidente da Comissão, na Promotoria onde eu atuo há cerca de 60, 70 procedimentos de poluição sonora. Num dos casos, existe um estabelecimento num local chamado Beco do Batman, onde o empreendedor realiza *shows* com música ao vivo, atrapalhando o bem-estar dos moradores do entorno, inclusive pessoas idosas etc.

Fizemos uma reunião da Promotoria, com a participação do Contru e da Subprefeitura de Pinheiros, com alguns moradores interessados e dissemos para o representante da Subprefeitura: “agora está com o senhor”, quer dizer, administrativamente a Prefeitura pode adotar as providências cabíveis. O estabelecimento foi notificado. Ele tinha construído um passeio, um palco de concreto em cima da via pública.

Por força de intimação da Prefeitura, o palco foi - já está ultrapassando o meu empo, desculpa - quebrado, foi desfeito e, dias depois, foi reconstruído. Eles continuam fazendo as músicas com *shows* ao vivo, em desacordo com o Alvará. Eu só estou citando esse, quer dizer, enfim.

Estou para terminar. Por fim, não é possível deixar de registrar o contraste entre a pressa com que esse substitutivo está sendo votado, a pedido do Executivo. A situação de milhares de famílias do Emburá, no distrito de Marsilac, que há décadas estão alijadas de acesso à água potável e aa tratamento de esgoto.

A cidade é uma só, todos os bairros afastados ou não da região central demandam um olhar prioritário, mas à luz do art. terceiro, Inciso III, da Constituição, segundo o qual é objetivo fundamental da República uma sociedade menos desigual, o que pode servir de norte para o estabelecimento das políticas públicas em sentido geral.

Encontro mais disposição para esclarecimentos e mais uma vez agradeço muito a oportunidade de estar junto aos representantes do Legislativo Paulistano.

Obrigado. Boa tarde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Muito obrigado, Dr. Jairo.

Convido o Dr. Roberto Carramenha para fazer uso da palavra, por favor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Ah, *okay*. Então, Dr. Jorge Masseran, que estava inscrito, vai falar em nome de ambos. Obrigado.

O SR. JORGE MASSERAN - Muito obrigado. Boa tarde.

Exmos. Sras. e Srs. Vereadores, respectivo corpo de assessores, membros da comunidade científica, da sociedade civil organizada, população presente, é com imensa satisfação que compareço a esta Casa de Leis com o propósito de dialogar sobre um tema demasiadamente grave, que é a poluição sonora.

Falar de ruído demanda a compreensão das suas consequências sobre o bem-estar e sobre a saúde. Dados estatísticos da OMS apontam que, desde 2014, o ruído urbano deixou de ostentar a terceira questão e passou a ser a segunda questão ambiental que mais afeta a saúde humana, estando atrás somente da poluição do ar.

Existe uma farta literatura científica que destaca os malefícios que a exposição ao ruído provoca na saúde humana, se afigurando desde a interrupção nos processos fisiológicos, passando, como disse o Marcelo, pela redução ou perda da audição - o que é definitivo - até a provocação de problemas neurológicos, quando a fase beta do sono não é alcançada.

Para muito além dos infortúnios provocados pela poluição sonora, havemos que considerar também que a existência dos ruídos é uma das marcas das grandes cidades, onde destaco que uma grande concentração de pessoas determina uma grande concentração de meios de transportes, sejam terrestres, aéreos, fluviais; uma grande circulação de pessoas e bens; uma grande demanda de construção de moradias, o que gera altíssimos índices de ruídos provenientes de construção civil.

Temos uma lista interminável de agentes e setores produtores de ruídos. Mas, estamos diante de um fato inexorável, o mundo moderno tem a marca do ruído e impõe-se

algumas reflexões que resumo em três: quem, por que e como. Quem deve gerir a produção e a existência dos ruídos? Por que devemos gerir a produção e a existência dos ruídos? E como devemos gerir a produção e a existência dos ruídos?

A primeira reflexão sobre a quem cabe a questão, existe uma resposta bastante ampla trazida pela legislação, tanto no nível federal, como estadual e municipal. Não exorbita rememorar a nossa Constituição Federal, que no seu Artigo 23, Inciso VI, disciplina ser da competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer das suas formas.

De igual sorte, prevê o artigo 191, da Constituição Paulista, que o estado e os municípios providenciarão, com a participação da coletividade, a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, artificial e do trabalho, atendidas peculiaridades regionais e locais, em harmonia com o desenvolvimento social e econômico. Permitam-me o destaque em harmonia com o desenvolvimento social e econômico, nunca em contraste ou oposição.

Na sequência, a legislação municipal é tão farta no tema ruídos, que se torna impossível em poucas palavras explorar esse conjunto de obrigações que o município assumiu perante si próprio, perante o seu povo e perante a República brasileira, no tocante a bem gerir a qualidade do meio ambiente. O município, portanto, surge nessa compreensão da lei como aquele a quem cabe gerir a produção e a existência dos ruídos.

Numa segunda reflexão, que nos deparou com o dilema por que devemos gerir a questão dos ruídos? Essa reflexão pode se tornar mais complexa ou menos complexa quando se reflete sobre qual é o papel do estado brasileiro na gestão da qualidade de vida da população, uma relação direta entre gestão, feita pelo estado, e qualidade de vida do seu povo.

Quando se compreende que o estado desempenha o seu papel por meio de dois braços, que são administração pública e elaboração de leis que a todos obriga, compreende-se também que a qualidade das decisões da administração pública e a qualidade das leis são a grande marca da responsabilidade do Poder Público perante a sua população.

Uma má qualidade das decisões administrativas pode revelar a fragilidade do próprio funcionamento do Poder Executivo, enquanto uma má qualidade da legislação denota, entre outras razões, que a lei enquanto produto final na tomada de decisões em nome do povo talvez não tivesse o grau de amadurecimento necessário ou, então, que a expressão que eu ponho em aspas “interesse público” não houvesse sido bem lida. E, claro, que a má qualidade das decisões judiciais é sempre objeto de revisão pelos nossos tribunais superiores.

Tudo, portanto, pode passar pelo crivo crítico de uma boa leitura jurídica. E não é exagero lembrar que o Direito não basta por si só. O Direito se ampara necessariamente de outras ciências, porque ele tem por objetivo final o bem-estar da sociedade e os direitos fundamentais do cidadão.

Isso tudo sem prejuízo de outras razões, que podem explicar a má qualidade da gestão feita pelo estado brasileiro ou por meio dos seus poderes constituídos. Sem exagero, portanto, uma conclusão possível é que uma cidade ruidosa, uma cidade barulhenta é uma cidade que adocece o seu povo e que o próprio poder político funciona como mau gestor da qualidade ambiental, por ser um dos responsáveis por esses resultados deletérios.

Como a terceira e última reflexão proposta, gira-se em torno dos meios pelos quais podemos gerir os ruídos. A resposta é bastante ampla, é complexa, é multidisciplinar. É uma resposta política, é uma resposta também jurídica, é uma resposta também econômica, também social, é uma resposta também sanitária. Ou seja, nós temos diversos capítulos dentro de uma mesma resposta que, na plenitude, cabe dentro de um compêndio.

O vosso papel é bastante complexo. Cabe a vocês fazerem a leitura de todos esses interesses no processo de elaboração das leis. Mas, ainda diante da complexidade do tema, eu me socorro das fórmulas que o Direito Ambiental nos põe à mesa, para recordar que tanto as medidas punitivas baseadas na responsabilidade são necessárias, como também as medidas conhecidas como instrumentos financeiros, instrumentos econômicos, instrumentos tributários o são.

Eu falo destacadamente do pagamento pelos serviços ambientais, dos tributos

ambientais. Eu falo de incentivos outros que financiam, da parte do particular, insonorização dos imóveis; da parte do poder público, emborrachamento de algumas vias públicas, e tantas outras fórmulas que a tecnologia da vida moderna nos põe à disposição.

As medidas da responsabilidade encontram na lei a sua principal fórmula e a disposição de padrões ambientais devem reconhecer a tolerância da saúde humana ao ruído. A OMS, como dito pelo Marcelo, sugere 50 decibéis e as normas brasileiras, grosso modo, já admitem 70 decibéis para o período diurno e 50 decibéis para o período noturno.

O que se discute hoje, Exmos. Sras. e Srs. Vereadores, é um tema de saúde e não apenas... É justamente o comprometimento do Município de São Paulo com a saúde da sua população e com o seu próprio destino. Me permitam comentar que, desde dezembro de 2021, o Ministério Público aqui da Capital e Instituto de Pesquisas Tecnológicas estamos dialogando no sentido da poluição sonora. Foi uma discussão coincidente, uma discussão paralela que culminou na elaboração de alguns eventos institucionais, sendo que o primeiro deles terá lugar no dia 22 do próximo mês, dia 22 de junho, na sede do Ministério Público na Rua Riachuelo.

As senhoras e os senhores serão convidados formalmente para essa audiência pública cujo tema é justamente a poluição sonora dentro de uma visão sanitária, dentro de uma visão social, dentro de uma visão jurídica, onde essa temática da poluição sonora tem habitado bastante horas dos nossos dias trabalhados em defesa dos interesses do povo do Estado de São Paulo

Agradeço pela atenção. Boa tarde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Dr. Jorge. Nós vamos estar presentes nesse evento do dia 22. Acho muito importante, oportuno e muito rico. Já vimos o convite e com certeza vamos estar presentes. A nossa querida Deia já nos trouxe a informação. Vamos estar presentes.

Também Dr. Jorge, da sua fala, essa semana, numa reunião que tive com o pessoal do Defenda São Paulo e outros que estavam aqui conosco, aprendi com a Dra. Renata Esteves que bem-estar não está nem inscrito na Constituições em artigos. Para quem não quer ler, ele

está inscrito no preâmbulo, já começa falando do bem-estar. Portanto, mais uma vez a gente acabou por aprender. Aprendi certo, Renata. Não precisa de ler a Constituição, o preâmbulo já diz que o bem-estar antecipa os artigos da própria Constituição.

Eu vou passar a palavra à representante do Secretário César de Azevedo, Marília Pedroso Luccas, para que faça uma fala.

A SRA. MARÍLIA PEDROSO LUCCAS – Obrigada, Vereador. Obrigada a todos.

O que a gente queria acrescentar na verdade é que o que foi dito até agora a gente considera como muito relevante, a fala do Vereador Tripoli, a fala do Ministério Público, acho que do IPT. Mas lembrar que o que a gente está tratando aqui nesse projeto de lei não é especificamente um equipamento público, como o que foi citado várias vezes o Allianz. Foi citado o Allianz como o alvará do Allianz, o IC do Allianz, enfim.

A gente pode dividir as Zonas de Ocupação Especial naquelas ocupadas por equipamentos e naquelas que são áreas vazias ainda. Nas ocupadas por equipamentos a gente tem vários outros equipamentos, a gente tem o Aeroporto de Congonhas, o Campo de Marte, o Autódromo, o Sambódromo, o Anhembi, que é do Município. Então quando foi dito que era um interesse particular, a gente tem que lembrar, o próprio Município está parte do problema porque ele também está produzindo ruído. Tem a Cidade Universitária, o Jockey Club. Nas principais arenas a gente pode citar a do Corinthians, a do Palmeiras, o Morumbi – Viva o Morumbi, que eu sou são-paulina -, Interlagos. Enfim, eu acho que verificar que não é especificamente um projeto de lei do Executivo para uma região em si.

Como eu participei da última audiência pública nesta Casa, eu verifiquei que teve muita gente da zona Norte reclamando. Então a gente pode notar que o Anhembi tem um número de eventos até talvez maior do que os outros estádios. Então, assim, relevante, e é uma questão da SPTuris, da Municipalidade, porque como que a gente vai tratar isso, não tratando especificamente das matérias que têm saído, fulano, cicrano, equipamento x ou y?

E aí eu acho que é relevante a gente falar que na Lei de Uso e Ocupação do Solo... Vou fazer só um histórico assim rápido: 2014, Plano Diretor; 2016, Uso e Ocupação do Solo.

Quais foram os parâmetros de incomodidade que foram indicados em 2016? Foram os mesmos que constaram na Lei de 2004. A gente está em 2022. Quatro para 16, 12 anos. Eu não sou mais a mesma pessoa que eu era há 12 anos. A cidade de São Paulo, se a gente for pensar, de 2000 para 2021, pelo censo do IBGD, aumentou cerca de dois milhões de pessoas. É a cidade que mais cresce no País, é a capital que mais cresceu.

Então quando a gente fala “Ah, não acontecia isso, não acontecia esse tipo de problema”, a gente tem que se deparar que o problema existe e que ele tem que ser enfrentado. Não é simplesmente não vai ter mais *shows* e a gente vai delegar talvez para outras capitais, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, para concentrarem essa questão.

Talvez o Anhembi, que eu acho que o Município tem a questão de interesse de tratar de forma diferente nessa área pública. Então eu só queria colocar isso anteriormente às colocações do público, para a gente refletir junto. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Marília. Lembrando, Marília, como eu fui relator da Lei de Zoneamento, foi o maior processo participativo que nós já tivemos em leis municipais na história do Parlamento. Muitos que estão aqui estiveram conosco acompanhando aquilo. A única situação que foi considerada imexível, em hipótese nenhuma aceitavam movimentar, era exatamente o quadro de incomodidade.

E naquela ocasião nós fizemos um acordo com eles de que nós não mexeríamos na tabela, e ela foi mantida, apesar do tempo que decorreu. Naquela época buscava-se muito a proteção das zonas residências e do entorno dessas regiões. Então é um assunto que nós vamos ter de tratar, mas essa tabela, o acordo que foi feito naquela ocasião foi cumprido, nós mantivemos a mesma tabela, apesar da evolução da Cidade.

Você tem razão, talvez em algum ponto tenha que ser reestudado, mas foram permitidos os 65 decibéis única e exclusivamente para zonas industriais, porque a Cidade ainda vinha de uma história de indústria de transformação. Quando eu estive na Fiesp, eu ouvi muito claramente dos empresários que as indústrias de hoje não fazem mais ruído como faziam antes, até porque as máquinas diminuíram demais de tamanho e hoje se produz muito mais fazendo

muito menos ruído; que para eles podia ser 65 e podia até ser menos. Então esse foi o recado que a gente recebeu na época da zona industrial, mas foram mantidos os 65 apenas nessa região.

Bom, nós vamos passar, agora, a ouvir - temos 30 inscritos -as pessoas que estão nos acompanhando ao longo dessas audiências públicas. deixando claro, inclusive, aos companheiros que estiveram aqui, me permito chamá-los assim, que são do Ministério Público. Embora haja duas audiências públicas que são oficiais, como manda o nosso Regimento e a Lei Orgânica, nós não vamos parar de fazer audiências públicas à medida que esse processo for caminhando. Quanto mais estivermos ouvindo, maior a chance de podermos tentar encontrar solução para esse assunto. O que é muito claro para todos nós é que não tem solução ainda, ou seja, grande parte da Casa não concorda com o projeto, eu sou um deles; e uma grande parte das pessoas querem encontrar uma solução intermediária. Então temos ainda muito espaço para o diálogo, portanto, vamos dar continuidade a essas audiências públicas e contamos com a presença de todos vocês.

Vou passar a palavra para o Sérgio Antonio Reze Júnior. Está presente aqui? (Pausa)
Ele é do Movimento Defenda São Paulo.

O SR. SÉRGIO ANTONIO REZE JÚNIOR - Boa tarde, vocês me ouvem? Boa tarde, Vereador, tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Sim, Sérgio, pode falar. Pode falar.

O SR. SÉRGIO SÉRGIO ANTONIO REZE JÚNIOR - Primeiro eu gostaria de cumprimentar o Vereador Tripoli pela sua fala inicial, porque eu acho que ela traduziu, e ela vocalizou, em grande parte, a fala da população, que está sendo massacrada com o excesso, com a epidemia de ruídos na cidade de São Paulo. E queria também cumprimentar o Vereador Paulo Frange pela sensibilidade que tem demonstrado em relação ao assunto. E ainda ao Ministério Público pela sua exposição, bem como ao IPT, pela fala técnica que não deixa dúvidas, para nós, que isso é um caso de saúde pública.

E me espanta que eu ouvi falar, agora, em evolução, na cidade de São Paulo, então

eu queria dar duas notícias recentes: "Queixas de ruídos fazem alemães proibirem motos em algumas estradas", quer dizer, cidadãos da Alemanha se queixando, mobilizaram a governança a proibir motocicletas em estradas. Isso é notícia bem nova, de agora.

E outra: "Paris quer combater poluição sonora e instalar radar de ruído para multar veículos e motos", ou seja, quando se fala que São Paulo evoluiu, eu discordo que evolução seja você compactuar com aumentar o nível de ruído urbano e estragar o sossego, a saúde e o bem-estar de pessoas em nome de quê? Em nome de interesses privados, sim! Para atender interesses privados.

Eu gostaria de saber de onde saiu, a Câmara de Vereadores de São Paulo deve estar, a maioria deve estar boquiaberta de ver que um Vereador - e através do Governo Municipal - coloca um projeto que é destinado a afetar a saúde pública. Onde é que já se viu isso, minha gente?

E aí, eu fico pensando no que o Trípoli falou: que, lá, em mil oitocentos e bolinha, os carros de boi tiveram de botar graxa e a multa podia ser, inclusive, prisão de uma noite, onde o quanto que nós involuímos, então. Onde é que nós nos perdemos quando um Governo e alguns Vereadores pretendem colocar projetos em pauta e, na calada da noite, projetos que trazem prejuízo à saúde pública? É isso que eu gostaria de saber. Que Vereador vai votar nesse projeto? Um projeto que acaba com o sossego, que já não existe, mas que vai validar práticas irregulares de instituições privadas que estão tirando o sossego de senhoras de idade, de moradores, que têm direito de ler um livro no sábado; de poder ver uma TV; de conversar com sua família e de dormir! É isso que eu queria saber.

Então me parece que essa evolução dita na cidade de São Paulo...

- Presidente faz soar a campainha.

O SR. SÉRGIO ANTONIO REZE JÚNIOR -... não tem nada a ver com criar leis que prejudiquem a saúde pública e que aumentem..., e que vão contra a Constituição Brasileira, que diz no seu artigo 225, que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado; e que vai contra o Plano Diretor de São Paulo, que eu participei, Vereador Paulo Frange, nós

conversamos muito na época, eu participei ativamente, e o PDE, no seu artigo 195, diz que: "são diretrizes da política ambiental", no inciso X, "combater a poluição sonora".

Então acho que fica muito claro que votar, aprovar um projeto, que incentiva a poluição sonora, vai contra a lei, além de ser imoral e um retrocesso. Muito obrigado. Espero que essa Casa tenha lucidez de rejeitar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Muito obrigado, Sérgio Reza. Vamos fazer uma pequena correção aqui, uma questão de justiça, na fala do Vereador Tripoli, ele citou o Vereador Marcelo Messias como coautor do projeto, mas, na verdade, o projeto de autoria do Vereador Rinaldi Digilio, que trata de recuos em móveis de igreja e o substitutivo está nesse projeto. Portanto, não é Vereador Marcelo Messias, a assessoria me chamou a atenção aqui e, na verdade, é o Vereador Rinaldi Digilio autor do projeto original, mas que se trata de outro assunto. Esse substitutivo recebeu esse outro texto por ser matéria que envolve também política urbana.

Vamos manter agora a fala com três minutos para que possamos ouvir todos. Sra. Mariana Ferraz está presente? (Pausa) Tem a palavra.

A SRA. MARIANA FERRAZ - Estou presente, obrigada. Boa tarde a todos. Meu nome é Mariana, sou arquiteta e urbanista, gestora ambiental, colaboradora junto a associações de bairro. Tive a oportunidade de participar, por quatro anos, da CTLU - Câmara Técnica de Legislação Urbanística.

Todas as Zonas de Ocupação Especial que passaram por CTLU para definição dos parâmetros de incomodidade, assim como a consulta pública, do equipamento público do Pacaembu, do PIU Pacaembu, tiveram seus parâmetros definidos, baseados no zoneamento do entorno imediato. Então essa sempre foi a ideia, como isso foi resolvido até então.

E, pelo que foi explicado com muita clareza didática, pelo Sr. Marcelo de Mello, aqui, que é físico pesquisador do IPT, que foi de uma clareza tremenda, o que nós estamos discutindo, o que está sendo proposto por esse projeto, é, então, aumentar em oito vezes a sensação nos nossos ouvidos, e elevar em mil vezes a pressão.

Então assim, acho que esse projeto não tem de ser votado, ele tem de ser separado imediatamente, e ele não beneficia a população. Se a Cidade, um aeroporto de Congonhas, por exemplo, que é uma ZOE, ele tem uma utilidade pública que é indiscutível. Mas o que estamos discutindo é a indústria do entretenimento - que é importante, claro, ela é muito forte em São Paulo -, mas existem muitas casas de show que respeitam, que investiram em segurança, conforto, em acústica, e eles estão ali como um negócio, é um plano de negócios e ainda assim respeitam. Então não há por que outros equipamentos, que queiram fazer shows, como o Anhembi, não terem um tratamento acústico e também se prepararem para receber esse tipo de evento.

Portanto, mudar a tabela porque se passaram anos, mas o corpo humano não mudou, a tabela é um dado técnico de saúde pública, ou seja, ninguém está falando em terminar com eventos e, sim, que eles se adaptem às reformas, ao tratamento acústico, e que se faça necessário não só no equipamento, como em outras soluções, como janelas no entorno, que não sejam em sei janelas de apartamento, mas que sejam em todos os prejudicados, independente de qual equipamento for.

- Presidente faz soar a campainha.

A SRA. MARIANA FERRAZ - Então, acho que esse PL é um retrocesso, é um desrespeito à população, que já está sendo massacrada e que já vem reclamando há muitos e muitos anos sobre ruído urbano. É um desgaste nós estarmos aqui para discutir se queremos aumentar em oito ou mil vezes a pressão nos ouvidos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

A próxima inscrita é a Sra. Renata Esteves, representante do Movimento Defesa São Paulo.

A SRA. RENATA ESTEVES – Boa tarde a todos. Primeiramente eu quero cumprimentar os representantes do IPT e do Ministério Público pelo espírito público com o que têm orientado esses trabalhos excepcionais que têm sido por eles realizados.

Agradeço a oportunidade ao Vereador Paulo Frange e já começo dizendo que, como advogada, eu vou fazer um pequeno percurso pela legislação para tentar apresentar o meu raciocínio. Na lei de introdução às normas do Direito Brasileiro, o artigo 3º diz que “ninguém se escusa de cumprir a lei alegando que não a conhece”.

Por que isso é importante? Porque nós estamos aqui hoje para tratar de um assunto que, embora a Dona Marília tenha dito que não é exclusivamente do Allianz, chega ao Allianz, que é um grande inspirador dessa discussão, como expôs tão bem o Dr. Jairo de Luca. Ali nós vemos uma situação em que persistentemente estão sendo descumpridos os limites de poluição sonora ou de incomodidade que estão sendo, então, persistentemente ultrapassados.

Conforme citado pelo Sérgio Rezi, o combate à poluição sonora é um dos incisos, especificamente o X do artigo 195 do Plano Diretor, que explana as diretrizes da Política Ambiental. Isso está em consonância absoluta com o artigo 225 da Constituição, que diz que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, e eu destaco o fato de esse meio ambiente ecologicamente equilibrado ser essencial à qualidade de vida, e impõe-se ao Poder Público não somente o poder de defendê-lo, mas o dever de fazê-lo. Isso também está em absoluta consonância com o citado preâmbulo da Constituição, mencionado pelo Vereador Paulo Frange, no qual os representantes do povo brasileiro que a escreveram dizem que “nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte, viemos instituir um Estado Democrático destinado a assegurar, dentre outras coisas, o bem-estar”.

Dito isso, eu quero chamar a atenção dos senhores para o fato de que esse projeto de lei é visivelmente um contrassenso e um descumprimento flagrante a essas normas fundamentais e infraconstitucionais do nosso Direito e, para além disso, lembrar que no artigo 277 do Código Civil está dito que “o proprietário ou o possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais, dentre elas ao sossego e à saúde, provocadas pela utilização de propriedades vizinhas”.

Portanto, abundam na legislação normas que dizem contra a aprovação desse projeto de lei, que, como foi dito, não tem nada de espírito público, mas, marcadamente, um

interesse privado. Nesse sentido é que o Movimento Defesa São Paulo pede para apresentar a esta Comissão de Política Urbana um requerimento solicitando que esta Comissão possa, então, encaminhar à Prefeitura de São Paulo um pedido para que ela não emita alvarás para os *shows* que estão programados pelo Allianz Parque no período de 14/09/2022 a 28/01/2023, relacionados no *site* e, caso já tenha sido emitido algum alvará, que seja revogado. Esse requerimento é assinado também por Conselheiro Participativo do CMPU, pelo coletivo do Campo de Marte, pelo coletivo do Anhembi e pela Associação Viva Pacaembu.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra a Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Boa tarde a todas e todos. Primeiramente eu quero lembrar que esse projeto chegou para nós Vereadores no dia 8 de abril. Nesse dia, quando achávamos que a sessão ia terminar, fomos chamados para apreciar um projeto cujo texto original, de uma legislatura anterior, não tinha a ver com esta matéria, mas que foi utilizado porque já tinha sido aprovado em primeira discussão e, se naquele dia, nós votássemos o projeto que tratava do aumento de decibéis, naquele mesmo dia ele já estaria apto a ser passar pela segunda votação.

Todos os Srs. Vereadores foram pegos de surpresa, e nós da Oposição obstruímos aquela sessão para que não fosse dada sequência ao projeto – isso é importante ser falado –, o que causou incômodo inclusive nos Vereadores da base do Governo, que também não estavam sabendo; inclusive muitos deles também não concordavam, como foi dito aqui. Foi uma manobra regimental para passar um projeto que nós Vereadores não sabíamos do que se tratava e não sabíamos o que significaria o aumento para 85 decibéis, como foi muito bem demonstrado pelo IPT nesta audiência pública.

Por tudo o que foi demonstrado, eu digo que é uma irresponsabilidade apresentar um projeto como esse para a cidade de São Paulo, porque nós estamos lidando com saúde pública e com vidas; inclusive há comorbidades que, quando a pessoa fica exposta a esse tipo

de ruído, podem, sim, ocasionar a morte. Então, não é de uma coisa qualquer que nós estamos tratando nesta Casa. Por todas essas razões, esse projeto foi parado e foram convocadas audiências públicas, e aqui estamos na segunda delas.

Eu digo que esse projeto não pode ir adiante, porque, se é verdade que os eventos são tão importantes – e eu não estou dizendo que os eventos têm que acabar –, é verdade também que eles são altamente lucrativos. Segundo uma pesquisa que eu fiz rapidamente sobre a WTorre – que está defasada, porque eu não achei os dados atuais, e até gostaria que ela pudesse disponibilizar para nós Vereadores os dados atuais das suas receitas líquidas –, de 2014 a 2017, a receita líquida foi de 146 milhões de reais. Então, como é que não há dinheiro para fazer as adequações acústicas? (Palmas)

Como é que não eles não têm dinheiro? Se querem manter os eventos, que façam as adequações necessárias, porque dinheiro há. Não é possível que quem pague as contas sejam os moradores e que paguem com sua própria saúde e com a própria vida. É um absurdo que, enquanto algumas empresas – e há outras empresas que promovem eventos em outros locais que não o Allianz Parque, mas que também são lucrativos – e empresários lucram com esses eventos, os moradores paguem com sua própria vida, sua própria saúde e com sofrimento.

Por isso, o compromisso da nossa Bancada e do nosso mandato é que esse projeto não avance aqui na Câmara Municipal.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Sr. Presidente, eu cometi uma falha incrível na minha fala a respeito do Vereador Marcelo Messias. No entanto, eu não quis me referir ao Vereador Messias e sim ao Vereador Digilio. Então, só para registrar que tudo o que eu falei em relação ao Vereador Messias era direcionado ao Vereador Digilio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Registrado, Vereador. Eu fiz a correção com

a assessoria. Muito obrigado pela sua manifestação.

Tem a palavra o Vereador Senival Moura.

O SR. SENIVAL MOURA – Em seu nome, Presidente Paulo Frange, cumprimento todos que estão acompanhando esta audiência pública, cujo tema é preocupante para a cidade de São Paulo e de fundamental importância para toda a sociedade, independentemente do local e da área da qual nós estamos tratando hoje aqui.

É um tema relevante e muito preocupante que, na primeira audiência pública realizada, da forma como chegou a matéria a esta Casa, nós imaginávamos, na minha humilde opinião, que o problema maior estivesse ocorrendo no Allianz Parque, como se o grande fantasma fosse ele. Ao começarmos a ouvir o povo e as lideranças, para a minha surpresa, o maior problema não era o Allianz Parque, mas outros centros diversos da Cidade, especialmente a região do Campo de Marte.

Daquela audiência, Sr. Presidente, eu saí assustado, porque não teria a menor condição de discutir essa matéria da forma como estava proposta no substitutivo. Eu tenho certeza de que isso não vai prosperar nesta Casa, porque os Srs. Vereadores são competentes e conhecem a Cidade e sabem dos seus problemas. Eu não tenho dúvidas de que esse é um projeto natimorto, pois o substitutivo ao PL 239/2018 já nasceu morto, e eu falo isso em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que jamais irá compactuar com uma matéria dessa natureza, pois traria para a cidade de São Paulo um mal-estar muito grande e um grande caos.

Então, eu quero deixar aqui esse recado e, apesar de o debate da matéria nesta Casa poder ser muito grande, eu não vejo condições de o projeto prosperar. Para corroborar com a fala da Vereadora Silvia, quando essa matéria chegou aqui no dia 8 de abril, o texto fazia referência ao Allianz Parque; ou seja, ele está pagando uma conta que não é dele. Tudo bem que interfere, que causa problema, mas chegou nesta Casa como se o grande fantasma fosse o Allianz Parque e tudo estava na sua conta. O projeto chegou de uma hora para outra e tínhamos que aprová-lo por isso ou por aquilo, mas não pode ser assim, não podíamos aprová-lo daquele jeito.

O nosso papel e o de vários Srs. Vereadores foi entender que não era dessa forma. Nós discutimos, entendemos e certamente, Sr. Presidente, essas duas audiências esclarecerão muito o debate, e eu acho que o Governo vai ter que estudar uma forma melhor para a Cidade, como ficou claro aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Senival.

A próxima oradora é a Sra. Sueli Cordone, da Associação dos Amigos do Jardim das Bandeiras.

A SRA. SUELI CORDONE – Como moradora, eu acho que aqui deveria estar sendo discutido não o aumento de decibéis, mas a diminuição. Eu não sei foram feitos estudos sobre o número de chamados que nós fazemos em relação a distúrbios sonoros por meio do 153 e do 190. Isso é importante porque, se os decibéis forem aumentados, nós moradores não vamos mais dormir. Já moramos em uma cidade extremamente barulhenta em que não há respeito, e os empresários e os investidores sabem o que estão fazendo e sabem que é errado. Se há estádio, que instalem teto nele, que o protejam da poluição sonora, porque eles ganham dinheiro mesmo, e assim para todos os outros ambientes.

A nossa saúde é muito mais importante; é só fazer uma pesquisa do que está acontecendo. Quando nós abrimos chamados em relação a distúrbios sonoros, a Polícia Militar e a Polícia Civil nada pode fazer. Pelo menos quando é uma casa de *shows*, há a multa, mas quando o barulho é na rua, as pessoas que fazem barulho alegam que a rua, a praça é pública e que fazem o que querem, e nós não dormimos. Então, eu acho que nós tínhamos que estar discutindo não o aumento de decibéis, mas a sua diminuição a fim de melhorar a saúde das pessoas, porque nós temos direito a dormir e a descansar.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

A próxima oradora é a Sra. Francisca Chiovitti, presidente do Conseg Cambuci/Aclimação.

A SRA. FRANCISCA CHIOVITTI – Boa tarde a todos. Agradeço a oportunidade de falar com todos e agradeço imensamente a área técnica e a todo mundo que está sendo contra esse absurdo.

O Conseg que eu presido abrange 16 quilômetros de área, desde as imediações do Glicério até a Chácara Klabin e Vila Mariana. Imaginem 16 quilômetros de área na região central da Cidade. Apesar de nem todos saberem, há gente que mora nessa região, que não é um palco iluminado que funciona 24 horas sem ninguém dormir, e todas as pessoas precisam dormir e precisam descansar.

Como já foi falado aqui, ninguém é contra o trabalho de ninguém, ninguém é contra a realização de *shows*, ninguém é contra nada, mas já existe uma regra que está mais do que clara e é efetiva: se a pessoa quer perder os ouvidos dentro de um carro com o som altíssimo, tudo bem, que feche as portas e ouça; se quiser fazer festa, faça. No entanto, com o devido regramento e cuidado acústico nos estabelecimentos. Há casos de pessoas que reclamam em todas as nossas reuniões, e isso não é de hoje, já vem de há muito tempo. Eu falo em nome de todos os Consags: em todas as nossas reuniões e todos os dias eu recebo, diuturnamente, reclamações. Se vocês fizerem um pequeno levantamento no portal 156, vocês vão ver a quantidade de reclamações de moradores exatamente sobre perturbação da paz e do sossego, que chegam às autoridades policiais, que estão amarradas.

Agora, como a Prefeitura, que é o canal que libera alvarás de funcionamento para todo mundo, ao saber exatamente onde vai se instalar um estabelecimento, dá autorização para a instalação no meio de uma área totalmente residencial? O problema de acústica não acontece somente nos estádios de futebol, porque eles existem há muito anos e alguns são inclusive centenários, mas em todo tipo de estabelecimento, desde o barzinho, o boteco, que põe suas cadeiras para fora, na calçada, obstruindo a passagem das pessoas, até com o morador vizinho. Isso acontece de uma forma tão desregrada que ninguém é punido por nada.

O que, então, pode ser feito? Na minha região, há desde moradores que são isentos do pagamento de IPTU até os que pagam de 40 a 50 mil de IPTU. Para onde está indo o nosso

dinheiro? Como muito bem-dito aqui, nós estamos precisando de esgoto e de asfalto, e esse tipo de matéria não é para ser votada nesta Casa. Nós que pagamos o salário de cada um dos senhores desta Casa merecemos o direito ao descanso e precisamos urgentemente de socorro, porque a cidade de São Paulo está abandonada, e não é de hoje. Quando os senhores vão olhar para nós, que votamos em vocês? Quando os senhores vão nos respeitar? Isso é um absurdo.

Hoje em dia, por conta da pandemia – e nós ainda estamos na pandemia – há pessoas que trabalham durante a noite. Como elas vão trabalhar com esse barulho ensurdecador? Sobre o Allianz, segundo uma matéria desta semana, ele foi obrigado a colocar janelas com proteção acústica. Se o próprio Allianz teve que colocar proteção acústica nas janelas do prédio vizinho, vocês concordam que nós também temos o direito de ter isso? Não é mais fácil fazer o inverso? Eles têm dinheiro, gente.

Eu vou abrir um restaurante, vou abrir um lugar, vamos pensar um pouquinho. A gente precisa de socorro, a gente precisa de responsabilidade, a gente precisa tratar desse assunto e de tantos outros com mais responsabilidade.

Obrigada e desculpa o meu desabafo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Tem a palavra Tufic Atar, do Movimento Pró-Pinheiros.

O SR. TUFIC ATAR – Boa tarde a todos. Meus cumprimentos.

Estamos aqui falando de sons, de ruídos, mas estamos esquecendo de lembrar de um ruído particular em Pinheiros. Constatamos e está em toda São Paulo que é o ruído saído dos canteiros de obras.

É um ruído composto por tudo. O Vereador Tripoli falou da época imperial, dos cuidados com alfaiates e outros. Aquilo fica na saudade porque agora são guindastes, betoneiras, enfim, tudo o que tem direito. Então, o que acontece? Desde que saiu o PDE 2014, estamos tendo problemas diários com os ruídos e a sociedade agora está despertando e reclamando a revisão do Plano Diretor e quer participar da sua revisão. Um dos pontos é justamente o ruído.

Como se pode arrasar um bairro inteiro? Primeiro vem o ruído da destruição, depois da reconstrução e assim, gente, naquela região tem de tudo. Tem gente nova, tem bebê, enfim, é a população inteira que está sendo prejudicada e sendo ignorada por tanta agressão sonora nociva. Não é uma torcida de futebol. Não é um dia, mas todo o santo dia. Então, como se pode tomar uma decisão a respeito dos ruídos sem primeiro chamar as incorporadoras e elas respeitarem a vizinhança delas e não o vizinho ter de se acomodar, baixar a cabeça e se deixar intimidar.

Existe em todos os países do mundo engenharia moderna. Mas do que adianta se não tem alguém que exija? É difícil cumprir.

Outra coisa que o Vereador Tripoli disse é que a população prejudicada seria de um milhão. No caso da construção civil, quantos milhões em São Paulo estão sendo prejudicados? Em Pinheiros, só na estação Fradique Coutinho, tem 5, 10, 20 obras em uma rua. É obra atrás de obra. Como se mede o ruído? Obra por obra ou o conjunto das obras? E aquele que está no meio das obras, como incorpora ruído dia e noite? Tem gente que trabalha. É problema de saúde mental, mas também de importância da pessoa humana.

Para satisfazer o setor imobiliário, desfaz-se de toda a sociedade? É uma questão bem complicada. Gostaria que vocês estudassem isso, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado.

Tem a palavra o nobre Vereador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y – Sr. Presidente, Sras. e Srs. que estão debatendo este projeto, eu estava na expectativa de que algum dos autores ou alguma pessoa estivesse defendendo esse projeto para ouvir e daí fazer algumas reflexões, mas estou percebendo que não há qualquer pessoa que esteja defendendo o projeto.

O que observo é que há uma preocupação bastante grande com a saúde da população que mora no entorno dos lugares, como Allianz Parque, que todos estão dizendo que a aumentar essa possibilidade de passar de 55 para 85 decibéis é algo que vai prejudicar muito a saúde das pessoas e dificultar o seu sono e tudo.

Então, pelos argumentos até agora apresentados, estou persuadido de que essa proposição não deve ser aprovada por nós, Vereadores e Vereadoras. Então, quero agradecer a contribuição de todos e todas que aqui falaram e dos que vão falar.

Tenho um compromisso daqui a pouco em Diadema e como nessas quase duas horas já de audiência não houve um argumento sequer a favor deste projeto, depois quem sabe se alguém ou os autores querem ainda tentar me persuadir, que tragam os elementos, mas até agora todos os argumentos que foram apresentados são para que eu vote contrariamente a esse projeto.

Muito obrigado, Vereador Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Próxima, Caritas Basso, Conselheira do Cades Lapa e de moradores também da Água Branca.

A SRA. CARITAS RELVA BASSO – Boa tarde a todos.

Quero agradecer a oportunidade de estar neste ambiente podendo falar como moradora que sou da região há 42 anos. Sou Conselheira do Conselho de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Cultura da Paz na região da Lapa.

A poluição sonora que ocorre quando o som ultrapassa os limites considerados normais para o ouvido humano, é uma ameaça saúde da população. Segundo a Organização Mundial de Saúde, cerca de 1,5 bilhão de pessoas no mundo apresentam algum grau de perda auditiva que vem aumentando nas últimas décadas podendo chegar a 2,5 bilhões até o ano de 2050.

A consequência econômica deste agravo que acomete todas as idades se expressa em perdas anuais estimadas de um trilhão de dólares a cada ano, ou seja, mesmo a perda auditiva tem impacto sobre a economia. O zumbido também resulta da exposição prolongada a sons em níveis não seguros e ocorre em 3 a 30% da população cuja percepção e grau de incomodidade é influenciado pela concomitância de quadros de ansiedade e depressão.

A perda de audição em idosos aumenta o risco de demência. Entre as doenças não

auditivas induzidas por níveis inseguros de som estão incluídos o infarto do miocárdio, hipertensão, irritabilidade, prejuízos cognitivos, distúrbios do sono e suas consequências. Como já foi apontado aqui: fadiga, perda de concentração podendo levar ao aumento de risco de acidentes ocupacionais ou de tráfegos.

Na Europa, estima-se que a poluição sonora contribui, a cada ano, para 48 mil novos casos de doença isquêmica do coração, 12 mil mortes prematuras, e 6,5 milhões de pessoas sofrem com distúrbio crônico do sono.

Além das doenças cardiovasculares, a ampliação da poluição sonora nos centros urbanos pode resultar também em diabetes e distúrbios mentais, conforme relatório Fronteiras, de 2022, o programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

O Marcelo já disse: “o ouvido humano não descansa”. Mesmo dormindo, enquanto não se tem consciência do barulho, ele está processando os sons originados pelo tráfego ou pelos sons proveniente, como é no nosso caso da vizinhança, dos shows. O corpo reage de diferentes formas liberando hormônios que levam a piora da hipertensão e de diabetes, por exemplo.

A OMC aponta ainda que a poluição sonora de 50 decibéis já é considerada prejudicial e acima de 55 acarreta níveis de estresse com efeitos negativos sobre a saúde.

Portanto, é inadmissível e inaceitável a proposição do Executivo de ampliar o limite de tolerância ao som para 85 decibéis. Ao Executivo e ao Legislativo cabem cuidar da saúde e do ambiente do território de modo a alcançar qualidade de vida aos seus habitantes.

É vergonhoso, desabonador que esse projeto seja aprovado. Até porque existem soluções tecnológicas viáveis e que devem ser assumidas pelos entes geradores da incomodidade, sejam eles empresas privadas ou públicas.

Aprovar esse substitutivo é afrontar, como já foi dito, os princípios da saúde pública e colocar em risco a saúde dos munícipes e, adicionalmente, impactar os serviços de saúde em razão do surgimento ou exacerbação dos agravos à saúde acima descritos.

Portanto, Srs. Vereadores, rejeitem o substitutivo 239/2018 pelo bem da saúde e

qualidade da vida dos cidadãos e cidadãs no município de São Paulo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Caritas.

Maria Helena Spaziani, representante dos moradores contra o barulho do Campo de Marte.

A SRA. MARIA HELENA SPAZIANI – Boa tarde a todos.

Estou aqui de novo. Como falei na outra audiência, moro em frente ao Anhembi, Campo de Marte. Não durmo. Maio inteiro, todos os meses, todos os finais de semana tem barulho. Eu não durmo. Dia 7, madrugada, dia 8, na madrugada, teve um show internacional eletrônico e foi um inferno. Eu nunca vi o meu vidro vibrar e quando as pessoas falavam que o vidro vibra, eu ficava pensando. Ele vibra. É um inferno. Só quem está lá dentro da casa vivendo o inferno, tentando dormir é que sabe o que está acontecendo.

No dia 8, eu não fui acordada pelo barulho. Quem me acordou foi meu coração. O senhor é médico, não é? O que aconteceu? Eu estava dormindo, deu três horas da manhã, o meu coração estava disparado e eu acordei. Quando eu vi, estava no meu quarto e aquele barulho. Então, não foi o barulho que me acordou, foi o meu coração porque a minha saúde está afetada.

Isso foi 7, madrugada, 8, madrugada. Dia das Mães, eu não dormi a madrugada do dia 8, dia das Mães. Acabou com meu Dia das Mães porque eu estava cansada. Eu não dormi à tarde também, não consegui. Eram umas 18h e pouco e eu falei para o meu marido: “eu vou deitar, eu estou cansada.” Só que eu não conseguia dormir. A minha saúde está afetada? Com certeza ela está afetada.

Agora, esse final de semana que passou foi o forró. Não foi a madrugada, mas foi o dia inteiro, 12 horas de forró dentro do Anhembi. Um absurdo.

Ali na minha região tem um monte de maritaca, lindas. Adoro quando elas chegam lá na minha casa. Tem quatro dias que elas sumiram. Hoje apareceu uma. Então, não está afetando só a saúde do ser humano, mas dos bichinhos também porque no sábado foram 12

horas de forró no Anhembi que estava dentro da minha casa e de toda a região ali os cachorros estavam latindo. Está doendo o ouvido deles também. O meu já dói. Eu já tenho problema de audição. Estou agora, acho, que com problema no coração porque eu acordei com meu coração acelerado.

Então, eu acho que está tudo errado. Não quero saber se é 50, 55, 85. Para mim como cidadã que paga impostos, não quero saber o volume. O que eu quero saber que está dentro da minha casa. Ali eu tenho de ter sossego dentro da minha casa.

Tenho 51 anos de idade. Meu marido tem 67. Os dois têm problemas de coluna cervical, coluna lombar. Se eu quiser dormir dentro da minha casa nessas madrugadas barulhentas, eu tenho de ir à minha sala de televisão. Eu me deito no sofá de dois lugares e meu marido no de três. Alguém dorme? E no dia seguinte, como está nossa coluna?

Então, por favor, suspende qualquer alvará que faça barulho na casa da gente, pelo amor de Deus. Vocês estão deixando o povo, o cidadão, louco.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Rodolfo Andrade, GL Eventos, Concessionária Anhembi. (Pausa). Está presente? Eduardo Morbin.

Não tem ninguém do Anhembi?

O SR. EDUARDO MORBIN – Sr. Presidente, boa tarde. Obrigado pela oportunidade.

Meu nome é Eduardo Morbin, sou médico pós-graduado em medicina do trabalho pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e atuo em medicina do trabalho há 27 anos, 25 deles na siderurgia e eu posso dizer para todo mundo que fabricar aço faz muito barulho, muito. Então, o ruído é uma realidade na minha vida já há 25 anos.

Imaginei que eu viesse aqui falar alguma coisa técnica, mas tivemos o professor Marcelo fazendo uma explanação brilhante. Então, vim mesmo só para trazer algumas reflexões.

A primeira reflexão é sobre a NR 15. O senhor me perdoe porque o senhor foi absolutamente divergente desse conceito, mas eu gostaria de falar sobre ela. A NR 15 é a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho com mais de 50 anos de vigência e que já passou

por diversas atualizações, inclusive, atualmente, estamos revisando as normas regulamentadoras. Ela fala sobre ambientes insalubres e no seu anexo primeiro trata do ruído contínuo ou intermitente. Essa Norma também tem muito fulcro científico. Ela foi editada e revisada e escrita por técnicos da Fundacentro, que é uma entidade que todos nós conhecemos e respeitamos, com base no Colégio Americano de Higienistas Industriais, a CGH, que determinou que pressões sonoras de até 85 decibéis, por uma duração de 40 horas semanais, não causariam dano ao aparelho auditivo.

Não vou fazer nenhum juízo técnico, eu estou só...nem juízo de valor. Estou só trazendo uma informação. A reflexão que eu queria trazer é a seguinte: nós permitimos que um trabalhador se exponha a um ruído, por exemplo, de 84 decibéis durante 40 horas semanais e a legislação nos permite não oferecer sequer um protetor auditivo para esse colaborador na certeza de que nós não estamos lesando o aparelho auditivo desse colaborador, deste trabalhador. Volto a falar: é só uma reflexão.

Como é que a gente pode dizer que uma pressão sonora de 80 decibéis, 85 decibéis por três ou quatro horas pode trazer uma lesão? Então, estamos sendo negligentes com os nossos trabalhadores. Estamos sendo negligentes.

Gostaria não de divergir do senhor, professor, mas acrescentar um ponto que o senhor trouxe na sua apresentação, mas que eu acho que ficou um pouco na penumbra, obviamente não intencionalmente, que é o impacto da poluição sonora na dependência da fonte de emissão do ruído. Nós falamos aqui, a Dra. falou sobre o Aeroporto de Congonhas. Nós sabemos que a decolagem de um jato supera, muitas vezes, os 110 decibéis. E por que a Infraero não distribui protetor auricular para todo mundo que mora ao redor do Aeroporto de Congonhas? Porque a pressão sonora sofre uma atenuação natural na medida em que você se afasta da fonte. E o Professor falou muito bem que essa medição deve ser feita no ponto onde interessa.

Falando, sob o ponto de vista de Medicina do Trabalho, no posto de trabalho. Eu não vou dentro do motor da máquina, dentro do forno da usina siderúrgica por um decibelímetro lá. Eu vou ao posto de trabalho. Então, ele sofre uma atenuação natural e isso nós precisamos levar

em conta. E a minha provocação aqui justamente esta. Se nós vamos defender que uma exposição e qualquer valor que sejam, por um período muito curto de tempo de algumas horas, pode efetivamente trazer uma lesão ao aparelho auditivo e à saúde e eu não discordo de quem falou isso.

Nós estamos sendo negligentes com milhões de trabalhadores no Brasil. Era essa a reflexão que eu queria trazer. Eu acho que é importante que consideremos a NR-15 como uma base de nosso raciocínio. Não descarto o que a senhora, lá em cima, falou. Eu acho que nós temos todo o direito de nos indignar e a poluição sonora é sim um problema de saúde pública, como é a falta de habitação, como é a falta de segurança, como é a falta de saneamento básico, como é a poluição do ar, como é a poluição dos rios, como é a Cracolândia.

Então, nós estamos trazendo um problema que, sem dúvida, é de saúde pública, mas nós não nos esqueçamos de que não é o único e nós precisamos, Sr. Presidente, ter um olhar mais abrangente sobre isso.

Agradeço muito a oportunidade. Boa tarde a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Daniel Carone, que representa aqui o Contru.

O SR. DANIEL DE BARROS CARONE – A Secretaria. Na verdade, o Contru sendo uma das nossas coordenadorias, o Secretário me pediu para representá-lo.

Eu gostaria de dar algumas breves explicações acerca do que V.Exa. havia indagado logo quando começamos os trabalhos, a respeito do nível de som permitido que consta no caso do Allianz Parque e do porquê de constar assim exatamente.

Na verdade, o que acontece? Pela Lei de Uso e Ocupação do Solo, nós temos três momentos acerca dos horários. Das 7:00 às 19:00, das 19:00 às 22:00 e das 22:00 às 7:00. Entretanto, por um vácuo legislativo, não existem as zonas de operação especial aqui.

Então, o que nós tivemos de fazer, não apenas no caso do Allianz Parque, mas também como foi feito no caso do Anhembi, do Aeroporto, por exemplo, foi encaixar cada um deles dentro de um outro parâmetro de incomodidade. E justifico que a NBR 10151 era usada

subsidiariamente, só que ela encaixava apenas em dois blocos de horário: das 7:00 às 22:00 e das 22:00 às 7:00. E o que acontece? O sistema possui três campos e quando ele não tem o terceiro campo, pelo vácuo legislativo, colocava-se o X aqui, exatamente para justificar a falta desse parâmetro.

Mas, no caso do Allianz Parque, ele foi analisado por CTLU, assim como a Mariana havia falado no telepresencial, e o Allianz Parque foi enquadrado como uma zona mista, nos parâmetros de incomodidade. Então, na verdade, esse alvará está desatualizado. Aqui consta como 65 das 7:00 às 22:00, e 55 das 22:00 às 7:00, enquanto, na verdade, o que hoje tem sido aplicado ao Allianz Parque é: 60 decibéis das 7:00 às 19:00; 55 das 19:00 às 22:00, e 50 das 22:00 às 7:00.

Então, apenas para justificar o porquê dessa formatação, mas eu já falei aqui, também, com o Serafim, que é o coordenador da área responsável pela emissão desses alvarás, e nós nos comprometemos a fazer o apostilamento acerca dessa nova interpretação da lei para que conste corretamente, para a consulta de todo o público, acerca dos parâmetros de incomodidade que são utilizados hoje para o Allianz Parque.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Eu agradeço muito porque, como estudamos muito isso há época e também as pessoas trouxeram essa demanda, nós sentimos que havia alguma coisa inconsistente.

O SR. DANIEL DE BARROS CARONE – Exatamente. O grande problema disso é que todas as zonas se encontram em um vácuo legislativo, que podem ser resolvidos ou por decreto ou por uma análise da CTLU acerca do caso específico. No caso do Allianz Parque ou do Aeroporto, por exemplo, foram feitas as análises por CTLU. No caso do Anhembi, foi por decreto. Nós fazemos isso acerca de todos os parâmetros que são colocados à manifestação da CTLU. E, caindo especificamente no projeto de lei, eu posso falar que ele ainda não foi tramitado oficialmente para a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, motivo pelo qual nós não podemos fazer uma análise pura e simplesmente.

Existe um grande corpo técnico de engenheiros e de arquitetos que faz e depois

passa para a área jurídica, onde fazemos essa análise mais detidamente. Não creio que seria em uma sessão pública como esta, caber a análise de todos os parâmetros de incomodidade que são utilizados, mas nos comprometemos, tão logo esta Casa possa fazer o encaminhamento para SMUL, a fazer essa análise e aí nos manifestar oficialmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – *Okay*. Em nome da Comissão de Política Urbana quero agradecer e fico tranquilo em saber que é possível fazer essa correção, esse apostilamento com a legislação atualizada. É isso?

O SR. DANIEL DE BARROS CARONE – Sim, sim. Na verdade, é uma interpretação em razão do vácuo legislativo. E como a Prefeitura tem a possibilidade de revisão dos próprios atos, devido ao poder de polícia, isso é algo que nós nos comprometemos a fazer com esta Casa, para fazer a... Na verdade, não seria uma questão de revogação, seria simplesmente a atualização desse alvará para que todos aqueles que possam e queiram fazer a verificação junto aos órgãos municipais, tenham a cópia atualizada acerca dele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – *Okay*. Do ponto de vista da Comissão, eu fico contemplado. Indago ao pessoal do Defenda São Paulo, que trouxe essa demanda, se tem algo... Essa demanda surgiu ontem em uma reunião bastante longa, em que tratamos a respeito. A Dra. Renata conhece bem.

A SRA. RENATA ESTEVES – Eu agradeço, Presidente, a oportunidade.

Quero dizer que preocupa muito a sociedade civil a informação em um alvará de parâmetros de incomodidade que conhecidamente, que notoriamente, como consta de nosso requerimento, não são observados pelo Allianz Parque quando faz *shows*. O PSIU já esteve fazendo medições e essas medições são sempre muito acima do valor que consta dos alvarás.

E que o senhor esclareceu, e nós conhecemos, que a CTLU liberou a respeito dessa questão específica para o Allianz Parque, mas o senhor me desculpe, com muita sinceridade, cabe à Secretaria, no exercício do seu poder de polícia e que é um dever do Estado e não um poder do Estado, conferir a cada *show* do Allianz Parque se ele está obedecendo a esses parâmetros de incomodidade – e notoriamente não está -, e tomar todas as providências, não só

para expedir os autos respectivos que cabem – inclusive de multa – e também para tomar todas as providências para não expedir novos alvarás para novos *shows*, considerando que a prática é reiterada da ilegalidade pelo Allianz Parque, pelos *shows* que são feitos lá.

Eu também queria comentar, Vereador, que o Allianz Parque, como todas as empresas nacionais e internacionais que a prática é reiterada da ilegalidade pelo Allianz Parque, pelos *shows* que são feitos lá.

Eu também queria comentar, Vereador, que o Allianz Parque, como todas as empresas nacionais e internacionais, está submetido, e não é de hoje, às diretrizes do ESG, que é a Governança Socioambiental. E me parece que não há, da parte do Allianz Parque, nenhum comprometimento com essas diretrizes obrigatórias do ESG. Lembrar que o nosso Presidente, na última Copa, fez um compromisso de qualificação ambiental do Brasil, um compromisso internacional que é prestado pelo Governo Federal, mas estendido e que deve ser cumprido pelos governos estadual e municipal, e o Allianz Parque tem mostrado na prática – não é invenção nossa – que tem persistentemente descumprido esses parâmetros. Então, me parece que é dever da Prefeitura do Município de São Paulo tomar todas as providências para as punições cabíveis e não mais expedir, por conta desse descumprimento contínuo e reiterado, os alvarás para *shows* no Allianz Parque.

E quero dizer, como um dever do Movimento Defenda São Paulo, que essa conduta não é exclusiva do Allianz Parque. Como falou aqui a moradora, é também reiterada no Anhembi, no Campo de Marte, no Pacaembu, enfim, em todos os locais de *shows*, na cidade de São Paulo, que a despeito de terem, sim, a possibilidade de exercerem essa atividade, têm de exercer no cumprimento da lei. Não pode ser no descumprimento da lei, no prejuízo da qualidade de vida da população, que é dever do Poder Público zelar por ela.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Então, Dr. Caroni, tão logo seja feita essa retificação com o apostilamento, se puder informar oficialmente a Comissão de Política Urbana, para que nós possamos recepcionar, para

que não percamos esse controle.

O SR. DANIEL DE BARROS CARONE – Sem problemas, Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado.

Rodrigo Pedro, da Consultoria Sanitária, está presente? (Pausa)

O SR. RODRIGO PEDRO – Boa tarde a todos.

Eu sou o Dr. Rodrigo, mestrando em Epidemiologia, pela Universidade de São Paulo e Diretor Técnico de uma empresa de Consultoria e Adequações Sanitárias aos grandes eventos na cidade de São Paulo. Entre eles, eventos realizados em Interlagos – Lollapalooza, Fórmula 1 -; eventos realizados no Sambódromo do Anhembi – Carnaval de São Paulo, entre outros -; Parque Villa-Lobos; Memorial da América Latina; as grandes arenas, também, de futebol – Morumbi, Allianz Parque, Estádio do Corinthians. E qual é a minha preocupação? Eu estive aqui no dia 28 de abril, na primeira audiência pública, e muito se falou sobre os males causados diante da exposição dessas pessoas..., que nós temos o número mágico de 85 decibéis, os males que essa exposição prolongada, ou durante os eventos, pode estar fazendo a essas pessoas.

Nós acompanhamos a fiscalização nesses eventos e nós sabemos que esse número de 85 decibéis tem uma NR, que o Dr. Eduardo comentou. O trabalhador, como o Dr. Eduardo muito bem esclareceu, pode ser, sim, submetido a oito horas ininterruptas por dia, 40 horas semanais, havendo um estudo que comprova que não causa todo esse malefício que as pessoas mencionaram aqui. Eu pedi esse pequeno espaço para deixar claro, porque muito foi dito e eu realmente fiquei impressionado com as coisas que foram faladas e nós acompanhamos a fiscalização e temos essa preocupação com os trabalhadores desses eventos. É uma fala curta, mas eu só gostaria de deixar expressa a minha preocupação com relação a isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado.

Próximo orador, Cláudio Vinícius Coutinho, do Allianz Parque.

O SR. CLÁUDIO VINÍCIUS COUTINHO MACEDO– Boa tarde, Presidente Paulo Frange. Muito obrigado pela oportunidade de novo.

Eu vim hoje com a intenção, novamente, de contribuir para a discussão. Eu acho que

é um assunto realmente amplo. E, aí, agradeço as palavras da Marília e do Senival que trazem esse conceito para todos e que é do que a lei trata. O nome Allianz Parque tem um ibope, tem uma luz e as pessoas gostam de falar desse ativo em especial. A lei é ampla e não existe uma lei especial para um estádio ou para um ativo.

A minha ideia, na verdade, era contribuir um pouquinho com o conceito para dar alguns dados técnicos, porque nós estamos lá. Eu também tenho duas filhas, uma de cinco anos e outra de oito anos. Tenho dois gatos. Gosto de dormir em paz. Trabalho 12 horas por dia. Não sou diferente de nenhuma pessoa aqui. Não tenho janela de antirruído em casa. Quando tem festa do lado, me incomoda também. Então, eu acho que todos nós temos esse lado humano de entender o problema do ruído. Mas é importante termos uma visão ampla do negócio e, aí, trazendo dados do Allianz, que são os que eu tenho. Mas eu gostaria muito de intimar realmente o PSIU, o IPT para fazerem esses levantamentos, estudos, nos vários ativos que estão sendo discutidos, porque parece que só tem um ativo sendo tratado na lei. E quando ouvimos a população, vemos que 90% das reclamações não são deste ativo, ou seja, as pessoas que estão com o ouvido atento, escutando quem vem aqui, perceberam que a maioria não é falando do Allianz Parque. Inclusive, eu estou em junho e eu tenho três reclamações até hoje em nosso canal de Bom Vizinho. Até maio. Três. De ruído. Tenho três reclamações em nosso canal de Bom Vizinho de ruído. Isso nós podemos, inclusive, apresentar. Sendo que três são de duas pessoas. Em maio. Então, vocês podem ver que não é um ativo que causa esse transtorno, como está sendo trazido, mas sem problemas.

Alguns dados técnicos que são importantes, de medições técnicas feitas. O ruído da Cidade, em volta do Allianz Parque, durante o *show* ou fora do *show* é em média de 71 decibéis nesse horário – rua, Cidade, pessoas transitando. No *show*, em média de 70 decibéis, porque você tem menos pessoas circulando, tem menos decibéis, com exceção de uma área auditada, que nós sabemos que é a zona do portão, onde tem o rebu, que chega a 74 e aí, sim, tem autuação. Está fora da lei? Sim, está fora da lei. Mas por que isso é importante estar em contexto? De que adianta, também, uma lei que vai travar tudo para 50 se não tratarmos o todo?

O problema de saúde vai continuar acontecendo. O motoqueiro fazendo barulho vai continuar acontecendo.

Então, a minha contribuição é para que possamos ter uma visão ampla da Cidade, já que estamos tratando de uma legislação que altera as ZOES e que falemos de todas as questões que lidam com os maiores problemas, que são quais? O desconforto e a saúde, que todos nós compartilhamos e eu também, independente de estar representando o privado, o Estádio ou o que for. Eu também sou um cidadão e também quero ter o meu conforto.

Têm alguns dados importantes e eu não queria ter de me defender. Aqui não é o lugar para isso, mas nós escutamos algumas coisas que incomodam. Quando falamos do incrível lucro do Allianz de cento e tantos milhões, eu já falo que o lucro está errado. Uma coisa é lucro e a outra coisa é receita. O dado foi dado receita, apresentado como lucro. Então, têm algumas coisas aí que não batem.

Era isso o que eu gostaria de falar, só para poder esclarecer alguns pontos. O último ponto, que eu também gostaria de deixar claro, é sobre a ESG. Existe um trabalho muito forte de ESG no Allianz Parque, e é um prazer enorme poder apresentá-lo para vocês, tanto de redução de ruído - tanto é que dos ativos grandes, é o que tem menos geração de ruído -, quanto de lixo zero, de trabalho e desenvolvimento social da comunidade, *etc.*, *etc.* e *etc.*, com compromisso de ESG. E é sempre um prazer poder mostrar.

Espero poder contribuir com a parte técnica com vocês, mas de novo dizendo: não adianta nada estarmos aqui contribuindo com o Allianz Parque se é uma discussão de ZOE. Então, temos de ter essa visão ampla e agradeço a algumas pessoas da bancada que conseguiram elevar a discussão para o nível da lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Cláudio, apenas para que possamos sair daqui com uma informação preciosa, o Allianz Parque tem algum estudo ou algum trabalho no sentido de o que pode ser feito para mitigar esse ruído? Pode ser feita alguma coisa para mitigar? Segundo, custa caro que inviabilizaria os *shows*? Nós não queremos gerar desemprego. É possível mitigar esse ruído com toda a tecnologia que nós temos hoje de utilização de movimento

das próprias caixas acústicas etc., e mais elementos que podem ser aplicados no próprio Estádio? Porque, como nós já encontramos essas informações em outros espaços fora do Brasil, na Europa, inclusive, se você puder passar essa informação será útil para todos nós

O SR. CLÁUDIO VINICIUS COUTINHO MACEDO - Com certeza, sim. Com o maior prazer, esse é o nosso maior interesse em estar aqui compartilhando nessa discussão. Sim, existe, vários desses estudos foram feitos, inclusive, no decorrer do inquérito civil público, o Dr. Jairo também teve a oportunidade de falar um pouco aqui do assunto.

Há soluções de barreiras físicas, há soluções de readequação de som, algumas coisas já foram feitas, outras estão para serem feitas. São obras feitas de forma gradativa, porém é muito importante também entender qual será o limite da lei, porque se a lei for 50 decibéis, pelas próprias exigências do Corpo de Bombeiros de abertura de vão para entrar uma ambulância, etc., não dá para chegar. Estou tentando a discussão até com o Corpo de Bombeiros.

Então, há estudos técnicos, há estudos feitos com o pessoal do IPT muito interessantes, que ajudam a reduzir esse trabalho, há intervenções físicas, há a discussão com o Corpo de Bombeiros, mas tudo isso realmente parte do princípio, estamos falando de 50 decibéis? Não sei se dá para chegar a 50 decibéis. Estamos falando de 70 decibéis?

Outro conceito que é muito importante também, tempo e duração. Então, quando falamos 12 horas de evento à tarde, às vezes é tão ruim quanto à noite, é horrível isso. Então, acho que nessa discussão temos de falar de horários, de duração e de volume. Quando ficamos só na discussão de 85, 85, 85, não vai levar a nenhuma solução que consiga casar uma coisa com a outra.

Mas sim, há os estudos, nós os temos e seria um prazer compartilhar no fórum adequado e ver o que pode ser feito. Não sei o quanto são factíveis para outros convênios que não foram já construídos com a acústica do Allianz Parque.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Certo, entendi. Muito obrigado pela contribuição boa.

O SR. CLÁUDIO VINÍCIUS COUTINHO MACEDO - Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Seguramente devemos fazer uma audiência pública e vamos convidar você e os demais que operam nesse segmento, para que possam nos apresentar, na Comissão de Política Urbana, quais são os mecanismos dessa mitigação, quem pode e quem não pode fazer.

É claro, tem espaço que foi construído com essa finalidade, outros estão sendo adaptados, talvez não tenham essa mesma oportunidade, mas gostaríamos de conhecer um pouco mais, é questão de melhorar nossa cultura também nesse assunto, que é um assunto que até então não havia sido tratado. Obrigado.

Próximo, Fábio Cabral, da Associação Vila Pacaembu.

O SR. FABIO BENINI CABRAL – Boa tarde a todos, Vereadores, representantes do Executivo, preparei uma nota rápida, mas primeiramente vou agradecer a oportunidade de me manifestar.

A Vila Pacaembu, Associação que defende a qualidade de vida dos moradores e usuários do bairro do Pacaembu, na cidade de São Paulo, recebeu com profunda estranheza a tramitação na Câmara Municipal da proposta do substitutivo ao PL 239/2018. Entre vários motivos, o mais grave está na desconsideração da população, com a qual nos solidarizamos, que reside no entorno das arenas multiuso, estádios, clubes e aeroportos, e estaria sendo exposta a uma pressão sonora em níveis exacerbados.

Cabe apontar também que seria um desrespeito a todos os demais munícipes que estão exauridos com o aumento do ruído urbano, quer seja pela circulação de veículos pesados em horário noturno, como na proliferação de empreendimentos e eventos que impactam negativamente seu cotidiano.

Trago um dado, de acordo com a Ouvidoria Geral do Município foi consolidada, em 2022, um crescimento nas queixas de poluição sonora na ordem de 83%, em comparação aos mesmos meses do ano anterior. Entretanto, não se aumenta a estrutura de fiscalização que a Prefeitura possui, o que seria mais do que necessário.

Não bastasse, soubemos que o PL, em suas tramitações nesta Casa Legislativa, não tratava de parâmetros de incomodidade, como já foi dito anteriormente, em específico, o que nos parece um tanto inusitado a matéria ter sido acrescentada após, coincidindo, inclusive, com o fechamento administrativo de uma das mais famosas arenas multiuso da Cidade. E lembrando a todos que enquanto vem sendo realizada a revisão do Plano Diretor Estratégico no âmbito do Executivo.

Infelizmente, temos a mesma impressão já explanada por diversos organismos da sociedade civil aqui representados, que a poluição sonora não está sendo tratada como uma questão de saúde pública, mas no anseio de atender a interesses privados específicos sobrepujando o interesse público, premissa da atuação de nossos representantes eleitos.

Portanto, venho manifestar enquanto membro da sociedade civil organizada, em nome da Viva Pacaembu, nossa discordância com essa ou qualquer proposta similar que vise aumentar o limite de ruído nas Zonas de Ocupação Especial ou de qualquer outro zoneamento.

Na oportunidade, agradeço. Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado. Jupira Cauhy, Movimento dos Moradores da Água Branca e conselheira do Cades da Lapa.

A SRA. JUPIRA CAUHY – Boa noite. Queria, se possível, aquela apresentação, como eu tinha sido convidada pela Comissão para fazer uma apresentação, trouxe um slide, Vereador, se for possível.

Estamos falando de ZOE, e quero falar com os representantes da Prefeitura. Os Vereadores, acho que com exceção do Vereador Paulo e da Vereadora Silvia, ainda está aí? Os demais todos já saíram e queria falar com os representantes da Prefeitura, não para me ver na tela, mas para ver o projeto...

A SRA. CRIS MONTEIRO – A Vereadora Cris Monteiro está aqui.

A SRA. JUPIRA CAUHY – Obrigada, Cris.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – O Vereador Fabio Riva também está presente.

A SRA. JUPIRA CAUHY – É verdade, Vereador Fabio, primeiro sinto muito por você estar com Covid, espero que se restabeleça logo, e para vocês também é importante. Trouxe essa imagem.

- A oradora passa a se referir as imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. JUPIRA CAUHY – Vou falar de uma ZOE. Sou vizinha de uma ZOE, então, para a Marília, para o Cláudio, para todos que falaram aqui da ZOE, vou falar de ZOE também. Essa imagem é aérea da ZOE da qual sou vizinha. É importante olharmos o entorno deste empreendimento, onde está a ZOE. Estamos vendo o estádio de futebol, Arena Allianz Parque, as piscinas do clube, da sede da Sociedade Esportiva Palmeiras. Essa é uma ZOE que está dentro de uma Zona Mista, dentro de uma área residencial.

Próximo slide. É a mesma imagem, agora do GeoSampa, todas as zonas que estão no entorno desta ZOE. Então, o lado de cima é Zona Mista, toda a parte cinza, e toda parte avermelhada são outras zonas, tem ZEM, ZEU e ZC. Ou seja, do lado da Rua Palestra Itália são essas zonas avermelhadas. Do lado que vai para a Francisco Matarazzo é Zona Mista. E a ZOE bem ali em amarelinho.

Pode passar por favor. Só mais uma questão antes de passar para o próximo, deixei um texto lá em cima, as pessoas que moram, as empresas, os serviços, as indústrias, o lazer e a recreação, os locais de emprego, todos seguem legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e Plano Diretor da Cidade, não importa se moram ou trabalham em 1902 ou 2022. Todos nós temos de seguir a legislação.

Pode passar, por favor. Essa é a imagem da ZOE, que costumamos chamar ZOE Palmeiras. Esse detalhe é para olharmos a proximidade das residências. Esse primeiro prédio para baixo é onde eu moro, todos os outros prédios, em cima, estão praticamente parede dividindo. Então, é importante que todos que falaram de ZOE aqui, ou de parâmetros de incomodidade, Marília, é aqui onde moramos. Queria que o pessoal que faz o licenciamento, da SMUL ou do Contru, observasse onde moramos, onde estão as moradias, do lado direito, é a Rua Padre Antônio Tomás. Observem também a parte superior da Arena, é toda aberta porque

é um estádio de futebol.

O próximo, por favor. Aqui é o outro lado que já dá para a Rua Palestra Itália, que tem esse Ginásio também, que faz parte da ZOE, faz parte do Complexo do Palmeiras, da sede social do Palmeiras. E vemos o quanto esse estádio, que é um estádio de futebol, está encravado no meio de residências, uma Zona Mista. E Zona Mista é basicamente residencial.

Por que estou trazendo isso? Eu queria que vocês observassem o tamanho das ruas e como ele é aberto. Então, estamos falando de parâmetros de incomodidade de ruído. O Capitão de Choque, do Batalhão de Choque, com quem convivemos por morar ali, diz que é um “peru num pires”, é muito grande para este lugar que é um bairro residencial de ruas estreitas.

Bom, aí quero falar aqui de propostas, não vou falar como reclamante, porque temos o estudo do IPT, a pedido do Ministério Público, que constatou poluição sonora. Temos poluição sonora constatada por meio de um estudo fantástico feito pelo IPT, a pedido do Ministério Público. E também temos constatado por meio das multas, da fiscalização pública do Psiu, que constatou também poluição sonora. Então não somos mais reclamantes, não sou a moradora que liga para o Centro de Operações da Arena ou para o bom vizinho para reclamar, porque agora tenho documentos que comprovam que nesta ZOE tem poluição sonora.

Então, vamos falar de propostas, Vereador Paulo Frange, para melhorar esta ZOE. Quais são as propostas? O Cláudio já contou, o Promotor Jairo já contou, nós estamos, desde 2016, discutindo impacto de vizinhança e poluição sonora. Em 2017, foi feita a medição em 18 apartamentos, que é esse relatório que o IPT nos trouxe, 18 apartamentos concomitantemente com o que tinha de shows dentro da Arena, se comprovou. Depois, foi pedido para que a Real Arenas apresentasse um projeto de mitigação de ruído. A Real Arenas apresentou com essas questões que o Cláudio considerou, que tem o problema dos portões, mas tem também a saída por cima. É um estádio de futebol, portanto, não tem isolamento acústico.

E desde então, depois que apresentou essa proposta, o IPT analisou a proposta e todos nós, moradores, Prefeitura, Psiu e todos têm participado de reuniões mediadas pelo Ministério Público. Então, há sim proposta de solução em andamento, eu acho isso muito

importante porque senão se ignoram que há iniciativas importantes para buscar solução. Nós, moradores, sofremos muito e sempre convido qualquer pessoa a ir à minha casa, no meu 10º andar durante um show, porque qualquer um que fala para mim que não tem ruído, eu convido a ir ao meu apartamento, a Carol vai falar que vai convidar para ir no apartamento dela, outras pessoas que estavam aqui aguardando foram embora porque têm compromissos, todos aqui convidam vocês.

Então, agora quero falar de propostas de mitigação até que se resolva o isolamento acústico. Isso é um estádio de futebol dentro de uma ZOE, assim como o Anhembi, tem de ter um isolamento acústico. Como? Eu até pesquisei outras arenas do mundo com a marca Allianz, tem teto retrátil, fecha o teto, faz um isolamento interno. Vai sair caro? Não sei. Não sou eu que tenho de fazer essa pesquisa, mas há recursos sim de isolamento acústico, e é o que os técnicos estão decidindo, os técnicos estão estudando.

Nós apresentamos sugestões de medidas mitigadoras ao Ministério Público para esse processo. Quais são? Aí quero falar com vocês da Prefeitura, primeiro, os alvarás, de fato, só cuidam das questões de segurança. E eu queria que vocês também revisassem os alvarás dos shows, todos os alvarás dos shows de abril foram com esse parâmetro de incomodidade que precisa ser ajustado, porque eu também faço esse monitoramento.

O que pedimos, por exemplo, temos outros problemas de ruído que não só da banda que está tocando. Temos problemas de ruído das filas no meio da rua, do público que acampa de madrugada, da montagem, da desmontagem. E esses problemas de ruído que não passam pela medição do Psiu, que não temos como, também vamos aprofundar na audiência pública que o Ministério Público vai realizar no dia 22. Vamos fazer uma apresentação mais detalhada desses problemas, porque o problema do ruído é muito grande. Por exemplo, há jogo de futebol, começou o jogo escutamos passarinho, porque não tem música amplificada, não tem som amplificado. O problema do jogo de futebol é na rua, a confusão da rua que não estamos tratando aqui. Aqui estamos tratando de outro problema.

Passa agora o slide, por favor. No segundo semestre vamos ter todos esses shows.

Tudo divulgado, 55 mil ingressos vendidos de praticamente todos, uma loucura, só artistas que vão atrair um público “lascado”. Observem, são dias seguidos, dias da semana e não sei, ainda não temos essa informação, mas quantas horas de show cada um desses shows. Já tivemos, em festivais, como em 2017, são bandas do Rock In Rio que vêm para São Paulo e que, às vezes, tem a banda de abertura, às vezes, é um festival que coloca três bandas. O que isso significa? A quantidade de horas e a quantidade de dias. Não temos final de semana, aliás, este final de semana vocês também devem ter descansado. Foi o primeiro final de semana, acho que em mais de um mês e meio, que não teve nem jogo e nem show. Então, estávamos meio perdidos ali no bairro de tão tranquilo que estava.

O que queremos, por exemplo, nos alvarás, é possível restringir horário de montagem e desmontagem, para que não tenhamos ruído durante a noite? Vou ter de ler aqui, até para não me estender mais, Vereador, desculpa, já passei dos três minutos. Limitar o tempo de duração de cada evento. Gostaríamos que nos alvarás dos lugares, e aí não só da ZOE Palmeiras, mas da ZOE Anhembi, porque tudo o que acontece no Anhembi tem alvará cedido pela Prefeitura. A Prefeitura autoriza, isso é importante, a Prefeitura autoriza esta incomodidade que acontece nesses lugares de ZOE. Estamos falando de Zona de Ocupação Especial, então não estamos falando da Arena Allianz Parque, estou falando de uma ZOE.

Então, limitar os horários, já que tem impacto de vizinhança; restringir quantidade de eventos seguidos, como mostrei para vocês; restringir montagem e desmontagem durante a madrugada. No caso do público que fica na rua também produzir ruído, é uma proposta que sempre fizemos para a Real Arenas, abrir o portão mais cedo para tirar o público do meio da rua. E principalmente fortalecer e equipar as equipes da Prefeitura, precisamos ter um Psiu com uma equipe grande, bem equipada e qualificada, porque é um dos órgãos da Prefeitura mais solicitados hoje. Precisamos que as Subprefeituras façam fiscalização e precisamos que os alvarás, que a Prefeitura emite, considerem os impactos de vizinhança. Então, tem de constar no alvará não só a legislação de segurança, tem de constar impacto de vizinhança. Então, dependendo do lugar vai restringir montagem de madrugada, tem de restringir.

O que estou trazendo é o seguinte, temos sim propostas para apresentar, existem vários grupos de pessoas da sociedade civil formulando isso. No nosso caso, desta ZOE que eu apresentei, estamos juntos com o Ministério Público, estamos juntos com a Real Arenas e com o grupo todo de moradores do entorno.

Obrigada. Era isso que eu queria apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. O nosso tempo está ficando muito curto, vou pedir celeridade nas falas. Mike Willian...

O SR. FABIO RIVA – Vai poder falar, Vereador Paulo Frange?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – O senhor só tinha mencionado a questão do horário das 18h, só saber qual o momento da fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Exatamente, nós começamos 15h15, temos mais 17 minutos para terminar com três horas. Então, precisamos de agilizar agora

Mike Willian, da Allianz Parque, está aí? (Pausa) Rafael Bepaldo, está presente? (Pausa) Roger Antunes Souza. (Pausa) Ariane, é estudante, obrigado pela presença.

A SRA. ARIANE – Boa tarde, meu nome é Ariane, eu sou dona da página Todos Contra a Perturbação do Sossego...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Pode falar um pouquinho mais alto só.

A SRA. ARIANE – Eu acho que não está funcionando aqui. Ah, está. Desculpa. Meu nome é Ariane, eu sou dona da página Todos Contra a Perturbação do Sossego e tem um bom tempo que a lei do silêncio não funciona no Estado de São Paulo. Oitenta e cinco decibéis é, sim, um abuso e o artigo 5º da Constituição diz que ninguém será submetido a tortura, tratamento cruel, desumano ou degradante.

Após a pandemia, as reclamações do barulho praticamente dobraram no Estado de São Paulo. A população está vivendo com medo, dor e sofrimento. O isolamento acústico é obrigatório. Uma pessoa que vive sem paz vive em guerra. Nem toda pessoa deveria comprar caixa de som, porque a maioria não respeita o próximo, os limites.

São diversas agressões, assassinatos que acontecem por causa do som alto. É muita violência. E eu acredito que quem deseja ouvir 85 decibéis até às 23h, sem dúvida, nunca sofreu com tortura sonora.

Este projeto é inconstitucional, e não vamos aceitar o inaceitável. O barulho é uma questão de saúde pública, a OMS diz que o ruído acima de 50 decibéis já prejudica a nossa saúde, e a gente tem muitos vídeos de prova, então não é exagero.

Eu entrei em contato com a Polícia Militar e garanto a vocês que são muitas pessoas que denunciam. São milhares de denúncias, eu tenho os dados. E poluição sonora é crime.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. O Dr. Mike Willian pode falar.

O SR. MIKE WILLIAN – Boa noite. Eu sou do Allianz Parque, estou lá desde a inauguração, gostaria de agradecer a todos pela palavra e só queria trazer algumas informações que, assim como o Cláudio falou, vão sendo colocadas como se não houvesse.

Como foi comprovado pelo Marcelo, do IPT, até mesmo nas medições que foram feitas nos estudos apontados pela Jupira, dentro da fonte geradora de ruído, são cerca de 105, 110 decibéis, em um show. Então, cerca de 15% do projeto, ou seja, quase R\$ 80 milhões foram investidos na infraestrutura para preservar a expansão do ruído acústico. Assim como foi colocado, ele é um teto aberto, ele tem a expansão de ruído, porém o projeto tem várias outras legalizações que precisam ser validadas. Por exemplo, a área de maior ruído, que é a Padre Antônio Tomás, tem duas docas, que é uma obrigação legislativa do Corpo de Bombeiros, que eu tenho que preservar para a entrada de carro de segurança. Então, ali é onde literalmente vira um funil de ruído que gera uma maior propagação naquele local.

Assim como foi dito também, algumas das medições foram feitas em residências que estendem o ruído. Nunca foi feito na casa da Jupira, porque lá não excede o ruído. E nos ruídos que foram excedidos, comparando à legislação, foram feitas já intervenções por parte da empresa. Foi apresentado um estudo, como foi dito também no Ministério Público, que são estudos relacionados a algumas interferências estruturais que dependem do volume de decibéis,

como o Cláudio colocou, que são paliativos.

A infraestrutura de uma obra, para ter uma cobertura retrátil tem que ser prevista desde a sua origem. Então precisa ter o nível de decibéis confirmados para que se faça esses estudos de atenuação.

Outro ponto relevante, que eu acho que vale a pena compartilhar, é que: em todas as medições que nós tivemos no Allianz, nunca excedeu a 72, 73 decibéis, em casas de reclamantes, na origem final. As medições do entorno chegaram em pontos nessas mesmas medições, que não são feitas pelo Psiu, mas em comparativos analíticos, de 75, 76 decibéis, comparando ao ruído que tem na Matarazzo, onde tem um trânsito viário de trens, de ônibus, muito frequente.

Então, se direcionou muito para o Allianz Parque, mas o que a gente está dizendo há bastante tempo é que o ruído da cidade de São Paulo, segundo estudo feito pela USP em 2017, regulamenta a Grande São Paulo com 70 decibéis. Então, estamos falando de 55, que já é algo totalmente ultrapassado quando se fala da Cidade, pois até o presente momento ainda não foi colocado o estudo que o IPT fez de ruído da municipalidade.

Então, a gente está discutindo de 55 para 85, sendo que a Cidade já tem um ruído de 70 decibéis. É muito importante relatar esse ponto.

E sobre todos os impactos que foram ditos a respeito dos eventos no Allianz Parque, existiu um inquérito civil, foi destinado um grupo de trabalho na Prefeitura Regional, onde associações de moradores no entorno do Allianz Parque não chegaram num consenso e não participaram de quatro reuniões dos seus representantes, sendo suspenso esse grupo de trabalho para mitigar os impactos que foram feitos lá, devido à não concordância dos moradores em elencar um representante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Marcelo Torres.

O SR. MARCELO TORRES – Sr. Presidente, cumprimento todos os presentes na pessoa do senhor.

Estou aqui representando a Associação Viva Paraíso e eu quero fazer uma pequena introdução, indignado com a palavra dos engenheiros e médicos de segurança do trabalho, que não respeitaram o parecer de que as residências não são locais de trabalho, são locais de descanso; e se falou em 85 decibéis em situação de trabalho durante o dia, e não no descanso à noite, quando você tem que ter a sua paz, o seu equilíbrio.

Então, são inconvenientes essas observações num momento inoportuno, quando se trata de saúde e de bem-estar do cidadão.

Estou representando as entidades do entorno do Aeroporto de Congonhas. Nós temos a Associação dos Moradores da Vila Mariana, a Associação dos Moradores do Jardim Lusitânia, Associação dos Moradores Nova Conceição, Associação dos Moradores do Jardim Novo Mundo, que é o Campo Belo; Associação Viva Moema, da região de Moema. Associação de Ame Jardins e Associação Viva Paraíso. E nós estamos muito preocupados com a questão do ruído nesses bairros do entorno do Aeroporto de Congonhas que estão sendo submetidos com a nova proposta de abertura em leque das aeronaves decolando do aeroporto. Isso tem trazido um incômodo muito grande pelo som que ecoa nas residências acima do permitido.

Fico admirado que, se os órgãos ou aquelas entidades que produzem são não conseguem atingir os 50 decibéis, como eles estão tentando fazer com que a legislação faça valer os 85? Isso é absurdo, é imoral.

Fico preocupado porque vai ser privatizado o Aeroporto de Congonhas e vai ter um aumento de 30% de decolagem de aeronaves, porque vai se tornar um aeroporto internacional. Então, nós estaremos sujeitos a uma quantidade de ruídos nesse espaço aéreo, que está prejudicando muito a sociedade.

A OMS estabelece que tem de haver rigores nesse controle sonoro. Mas, pelo que eu vi, não está acontecendo por parte dessas entidades que vêm sendo representadas no sentido de que esse limite tem que ser alterado. Isso é imoral.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Marcelo, apenas para a sua

tranquilidade, nós estamos aqui com o Vereador Rodrigo Goulart, que é da Comissão de Política Urbana; a Vereadora Silvia, a Vereadora Ely Teruel, outros Vereadores que estão nos acompanhando, o Líder do Governo.

Nós, da Comissão de Política Urbana, estamos apresentando a criação de uma Comissão de Estudos do impacto dessa privatização, como Subcomissão da Política Urbana, para acompanhar esse processo que virá pelo segundo semestre. Nós vamos precisar muito da atividade de vocês e da presença de vocês da região.

Recebemos informações de lá, com segurança, de que não haveria aumento do número de *slots*. Portanto, para cada vez que sai um avião pequeno, entraria outro avião grande no lugar, de voo internacional, e isso não impactaria no ruído.

Essa afirmação veio da Aeronáutica, nós temos que filtrar tudo isso. Mas é uma Comissão de Estudos que será conduzida junto com a Comissão de Política Urbana e, a partir da semana que vem, a gente já deve estar criando um calendário para tratar desse assunto.

Nós temos tido uma oportunidade muito grande de ser muito bem atendido pela Aeronáutica, pelo DAC, pela Infraero, no que tange a informações. Então é um debate de nível muito alto, para o qual convido-os a participar. Provavelmente, serão reuniões que ocorrerão a cada duas semanas, isso deverá trazer um resultado interessante.

O SR. MARCELO TORRES – Com certeza. Nós temos participado e temos feito discussões com a Infraero e haverá um aumento de 30%. Já foi dito desse aumento de 30% e dizem que vão utilizar aeronaves mais modernas, com menor ruído, mas não acreditamos que isso venha a acontecer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Líder do Governo Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, muito boa tarde. Vou tentar ser bastante econômico nas minhas palavras, estou ainda na minha casa me recuperando do Covid.

Queria, primeiro, parabenizá-lo pela condução dos trabalhos e dizer que, mais uma

vez, esta Casa é um exemplo de debate. Eu acho que todos os pontos de vistas foram muito produtivos. Ouvi alguns Vereadores falando de empresas privadas, ficou muito claro na fala da Marília, representando o Executivo Municipal, que a maioria das áreas públicas são das ZOEs, e algumas estão em áreas privadas. Então, o objeto do projeto é única e exclusivamente para parametrizar as Zonas de Ocupação Especial, que o nome já diz: é “especial”. E o Executivo entende que essas zonas têm de ser tratadas de forma especial, porque foi assim cravada na legislação aprovada em 2014, nesta Casa, e corroborada depois na lei de zoneamento, em 2016. Porém, não foi parametrizado, então o artigo 169 deixa esse vácuo legislativo quanto ao parâmetro, como foi dito também pelo Roberto. Então, eu acho que essa é o principal ponto que nós estamos discutindo aqui hoje.

Sobre a questão dos decibéis, volto a falar da importância do mapa de ruído da cidade de São Paulo, e sei que o IPT tem trabalhado, inclusive trouxe alguns dados importantes acerca do projeto hoje em tela. Ao analisar as falas, eu fiquei até tranquilo quando vi os representantes do Allianz, onde a própria população daquela região é crítica, estão mais avançados, pois existe uma conversa para mitigar o problema do ruído.

É claro que nós precisamos fazer esse debate, o Poder Público tem essa possibilidade, a Câmara Municipal se debruçando, ouvindo todos de forma muito transparente, pensando aqui numa fala do Promotor Roberto – se eu não me engano – ou do Dr. Jairo, que fala da harmonia, fala da razoabilidade.

Nós estamos tratando de uma questão de razoabilidade, quando a gente mantém a nossa vizinhança com uma situação de saúde pública, como muitas vezes foi dito de forma tranquilo, mantém a questão da atividade econômica dentro da condição dela, de geração de emprego, de trazer a São Paulo os melhores artistas do mundo. Essa é a importância de se fazer esse debate.

Quanto aos shows e eventos, precisamos saber o horário em que começa e o horário em que termina, a duração dele, o volume. Com isso, a gente começa a amadurecer, nesta Comissão de Política Urbana, com a vinda do Ministério Público, do próprio PT, dos interessados

e a municipalidade, que é maior interessada e está aqui presente, por isso que apresentou o substitutivo ao projeto; que possamos construir o melhor projeto, equilibrado, dentro de uma razoabilidade, dentro daquilo que a Cidade hoje mostra para cada um de nós.

E o problema do ruído não acontece só nas ZOE's, mas na Cidade como um todo, e aqui temos que buscar esse equilíbrio com muita responsabilidade.

Parabenizo a todos que participaram desta audiência pública.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Riva. Vou pedir, então, celeridade para que possamos ouvir os inscritos.

Tem a palavra a Sra. Regina Zaidan Pereira Mendes. (Pausa) Sr. Daniel de Alvarenga Freire.

O SR. DANIEL DE ALVARENGA FREIRE – Boa noite. É assustador que nós estejamos nesse ponto discutindo aumentar decibéis na Cidade, quando o mundo inteiro discute o contrário. Quando a Europa fez um mapa de ruído para identificar onde está o problema, foi para resolvê-lo. Tem tecnologia para isso, senhores. Não é possível, não é aceitável, um PL que trabalhe contra o interesse público, a favor de grupos. O que é isso? Onde nós estamos?

Senhores, quando nós votamos em um Vereador, esperamos que este Vereador tenha preparo técnico para apresentar um PL que vai ao encontro com o interesse da população, e não de uma empresa ou de um setor. O bem público é o que deve ser preservado numa legislatura. Nós somos munícipes da cidade de São Paulo, eu sou um munícipe impactado pelo barulho, minha família é impactada pelo barulho, estou falando isso porque sinto na pele.

O Vereador Fabio Riva comentou, acertadamente, que nós temos de chegar a um consenso e encontrar os meios. E os meios são a tecnologia, não é mudar a legislação aumentando o ruído, porque o corpo humano é o mesmo. A OMS tolera 50 decibéis de ruído como aceitável, mas ela indica que nós devemos estar a 30 decibéis; e com 60 decibéis de ruído, nós já temos desconforto emocional e alteração metabólica.

A 85 decibéis de ruído, sim, contra o que falou o Advogado representante do Allianz,

exposto a quatro horas diárias, ele traz uma síndrome chamada PAIR, que é a perda auditiva produzida por ruído. E esse é um estudo da Unifesp, Escola Paulista de Medicina, pela Dra. Ana Claudia Fiorini.

Senhores, nós não podemos ir na contramão do mundo todas as vezes. O Brasil está virando o quê? Será possível que isso não é percebível por todos nós? Somos uma sociedade que precisa se atualizar em relação ao que os países estão fazendo, e o ruído não é um pilar de desenvolvimento na sociedade, é o contrário.

Minha família é acometida pelo barulho. E um PL não pode jamais favorecer um problema de saúde pública, um dano. Não se resolve o problema legalizando o ilícito.

Senhores, guardem essa frase: legalizar o ilícito não resolve o problema de uma sociedade, traz outros.

Eu moro na Aclimação, sou da associação de bairros e gostaria de registrar nossos protestos em relação a este PL e dizer que esperamos o bom senso da Casa, que nos represente. Lembrem-se que de que estamos buscando aqui o bem comum, e não situações pontuais que favoreçam grupos e que, no futuro, blinde-os das responsabilidades que eles têm que ter com a Cidade e com a população.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra a Sra. Simone Asam da Fonseca.

A SRA. SIMONE ASSAM DA FONSECA – Eu também sou impactada pelo barulho. E gostaria muito que se levasse em conta que não é porque a cidade é barulhenta que se tem que aumentar o volume permitido, e, sim, mitigar a emissão do ruído. É fazer leis para que motos não possam ser barulhentas, carros não possam ser barulhentos, que o trem não possa ser barulhento. Na verdade, temos de ter uma calma inerente para se viver bem dentro do serviço, dentro da sua casa, nos seus momentos de descanso e nos seus momentos de trabalho. Então o meu pedido é: façam uma cidade mais amigável e menos barulhenta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Com a palavra, César Amaro da Silva. (*Pausa*)

Tem a palavra a Sra. Maria Carolina Viana.

A SRA. MARIA CAROLINA VIANA – Muito obrigada.

Meu nome é Carolina, eu sou da Vizinhança Solidária Jardim Morumbi. E me surpreende muito ter que me ver diante de um projeto de lei (Falha na transmissão) quando nós aqui no Jardim Morumbi, Campo Limpo, Paraisópolis, vivemos um inferno que se chama *pancadão*, com decibéis insuportáveis. Ninguém consegue dormir há anos. É um problema que a Prefeitura tem ciência, a polícia tem ciência, a CET tem ciência, e ninguém consegue mitigar. Isso é irregular. Que dirá regularizar comércios que hoje em dia tendem a crescer, tendem a aumentar.

Moramos num bairro que é zona estritamente residencial. Estamos rodeados pela Avenida. Morumbi, em torno do Palácio do Governo, Giovanni Gronchi, que se tornaram corredores comerciais. E onde o comércio tende a crescer. E onde os poucos restaurantes já não respeitam. Temos hoje em dia restaurantes que fazem show ao vivo sem qualquer proteção acústica, sem qualquer coisa. E como que vamos trabalhar para regularizar o que é errado? Hoje toda essa população já não dorme por conta do *pancadão* aos finais de semana. Agora vão oficializar durante os dias de semana também? Vão permitir que se aumente esse mínimo de decibéis, em vez de pedir que eles tenham proteção acústica, que eles cumpram. As leis que já existem, o que é preciso é ter força para a Prefeitura poder fiscalizar, para o PSIU poder funcionar – porque eles não funcionam à noite. (Falha na transmissão) Não existe a quem recorrer. Você liga para a Polícia Militar, e eles não conseguem dar conta sozinhos de atender essa demanda toda. A Prefeitura também não está funcionando à noite. Então como que ficam os moradores nessa situação toda? Ninguém dorme? Eu acredito que os Vereadores estejam aí para atender os munícipes como cidadãos. Temos todos o direito de dormir em paz e em tranquilidade. Gostaríamos que isso fosse realmente servido.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Cesar Amaro da Silva.

O SR. CESAR AMARO DA SILVA – Boa noite a todos, Sr. Presidente da Casa, participantes. Sou grato por poder participar e contribuir com a minha posição com esta Casa, que é democrática.

Existem normas, como a NR 15, o posicionamento da ANS, estudos científicos da OMS referentes a ruído, com 50 decibéis como limite. Enfim, temos uma legislação que tem que ser cumprida. E não podemos adequar o que está ocorrendo com a nova legislação, porque onera-se a sociedade, a população, o sistema de saúde.

Eu moro na Zona Norte de São Paulo, e temos problema de perturbação de sossego também. Precisa reforçar o PSIU. É preciso que se trabalhe em conjunto com as forças GCM e Polícia Militar, porque eles acreditam na impunidade. É por isso que estamos ficando doentes. A sociedade está doente. Muitos procuram UBSs porque têm transtorno de ansiedade, depressão, angústia, porque não tem uma solução efetiva para combater essa poluição sonora. E quando elegemos um vereador é para eles nos representar, porque o sistema eleitoral é representativo. O candidato, quando é eleito, tem o dever cívico-moral e exercer o seu cargo para defender a saúde do cidadão. Então a população de São Paulo, o munícipe, paga os tributos, paga os impostos e quer ter o retorno em saúde, não quer ficar doente para depois correr atrás do prejuízo.

Aqui, próximo de onde eu moro, tem duas crianças especiais. Quando tem um barulho excessivo na via, as crianças ficam dentro de casa perturbadas. Então, além de terem o problema de saúde, Síndrome de Down, ainda os pais têm que enfrentar mais esse problema, por falta de fiscalização. O PSIU não trabalha à noite, fica todo o encargo para a Polícia Militar resolver. Então não é só o caso do Allianz Parque. Quando o Allianz Parque foi construído, os engenheiros deveriam já prever esse distúrbio e fazer um teto retrátil. Agora, que já foi feito, nós temos que adequar a legislação à situação?

Então, Srs. Vereadores presentes, nós, como cidadãos, temos a obrigação de participar, acompanhar os mandatos dos senhores, para que nos representem. E a sociedade

está doente, está dizendo basta, “chega de agressão”. Estamos tendo os impactos. Crianças que deveriam ter direito ao sono de dia, de tarde e de noite, para o seu desenvolvimento, e não estão tendo, porque é barulho de dia, é barulho de noite. A criança acaba sendo perturbada, criando um problema de saúde. E aí se leva para a vida um cidadão que já tem ansiedade, depressão, transtorno. Isso impacta a economia direta e indiretamente. Tem trabalhador que já vai sair perturbado da sua casa para trabalhar. Isso gera um prejuízo para o patrão, para a economia do município. Então tem que ser aprofundado esse estudo. A sociedade está dizendo não.

Essa a minha posição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Cesar.

Tem a palavra a Sra. Adriana Oliveira, da Allianz Parque. *(Pausa)*

Tem a palavra o Sr. Jorge Gabriel Teixeira, do Allianz Parque.

O SR. RODRIGO GOULART – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sim.

O SR. RODRIGO GOULART – Quantos representantes do mesmo empreendimento podem ser inscrever? Não há nenhuma limitação? Porque eu já vi alguns do Allianz Parque. Há alguma limitação?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – São algumas pessoas, mas não estão aqui.

O SR. RODRIGO GOULART – Então, mas pelo menos dois já fizeram uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vem como público. Vem no *site* da Câmara.

O SR. RODRIGO GOULART – Representante do mesmo empreendimento?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – É.

O SR. RODRIGO GOULART – Acho que não deveria, né?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sim, mas não está presente.

O SR. RODRIGO GOULART – Tá bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – André Barbosa Boanova? *(Pausa)*

Tem a palavra a Sra. Carolina Placeres.

A SRA. CAROLINA LADISLAU PLACERES – Boa noite.

Eu sou moradora no Palestra Itália, vizinha do Allianz Parque, e eu queria lembrá-los que eu acho que a grande discussão que vem é com a falta de respeito do Allianz Parque, da Prefeitura e de todos os órgãos públicos.

Vocês se esquecem que shows não acontecem num dia. Existe uma montagem, uma desmontagem, passagem de som, e não estamos contabilizando isso. Além de todo o barulho que existe, vocês esquecem que nós somos proibidos de entrar em casa porque o Allianz Parque faz ocupação do espaço público, e ninguém faz nada. Eu saio às seis horas do trabalho e não posso entrar em casa, eu tenho que ficar para a polícia: “Ai, deixa eu entrar, pelo amor de Deus”. E isso na minha própria casa.

O Allianz Parque não se responsabiliza pelo público que está na rua.

Só que, sobre o barulho, “não, calma, aí”, não podemos falar que o barulho é do Allianz Parque. O pessoal que está na rua é culpa da Prefeitura, é culpa disso, só que eles não abrem os portões e colocam o pessoal dentro. Foram instaladas janelas antirruídos em seis apartamentos. Quantos nós somos? Mike, você diz que a gente não participou das reuniões da Prefeitura. Não é verdade isso. Como sempre, cobramos órgãos públicos, somos excluídos. Batalhão de Choque chama morador? Não. Por quê? Porque pedimos para que abra a via, para que tirem as pessoas da rua.

A Prefeitura não nos avisava das reuniões. Vocês têm obrigação, todos vocês, os órgãos públicos, de fazer cumprir a lei, não querer alterá-la. Daqui a pouco vai ser o quê? Aprova-se aumento dos decibéis. Ok. Beleza. Depois, ocupação do espaço público? “Ah, vamos tirar isso também”.

Hoje tem barraca no Allianz Parque esperando show daqui a seis meses, e ninguém faz nada. Nada. E aí querem questionar horário.

Gente, pelo amor de Deus, não dá. Façam a parte de vocês, Allianz Parque, faça a acústica. Olhem o entorno. Desocupem a rua. Eu quero entrar na minha rua a hora que for. Onde já se viu? Quem aqui de vocês, de fora do entorno do Allianz Parque, precisa pedir permissão

para entrar na sua própria casa? Um de vocês. Não tem. E eu preciso.

Vocês falam do portão da ambulância na Padre Antônio. Só que vocês se esquecem. Ok, a ambulância sai da Padre Antônio. E como ela circula? Como ela chega no hospital com 40 mil pessoas na rua? Falem. Quando se pede uma faixa reversível...

Ah, e detalhe, né, a coisa é tão assim que o Allianz Parque faz o que quer, o shopping tem uma faixa reversível. Por que só o shopping? Quantas vezes pedimos na Prefeitura uma faixa para emergência e para morador entrar e sair? Não pode. A Palestra Itália é uma rua de muito movimento, precisamos das quatro faixas. E na calada da noite me aparece uma ciclovia. Então não precisa mais das quatro faixas, de repente?

Gente, não é só o grande que pode as coisas. Não dá. No dia que estamos lá, que o PSIU está lá fazendo medição, fazendo não sei o quê... Vocês estão querendo alterar a lei. É jogar na nossa cara que quem pode é quem tem. Não dá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Geraldo Gomes, morador da Casa Verde, de movimento de moradores contra o barulho no Campo de Marte.

O SR. GERALDO GOMES – Boa tarde a todos os senhores, a todas as senhoras.

Todas as indignações que ouvimos até aqui reúnem todo o pensamento daqueles que serão prejudicados por esse eventual aumento proposto por essa lei, e também que já vêm sendo prejudicados.

Estamos nos arredores do Anhembi, Campo de Marte, e parece que vemos, hoje, infelizmente, com a ajuda de alguns parlamentares, algumas entidades e especialistas, que parece que são favoráveis ao quanto pior, melhor. Nada está tão ruim que não possa piorar. Vamos piorar mais um pouco ainda, porque tem limite para isso. É essa a impressão que nós temos.

Temos um movimento de alguns anos para cá na ZOE do Anhembi, que talvez seja até um pouco pior do que o do Allianz. Lá não tem nenhum fechamento, é uma área aberta usada na concentração e na dispersão do sambódromo. Não é apropriada para o tipo de evento em que se levanta paredões de som maiores do que esta Casa. E não são shows que têm duração

de três, quatro horas, são shows de 12 horas – de sábado para domingo, de sexta para sábado, e, quando tem feriado, avança dias adentro.

Poxa, não somos contra eventos. Sempre falamos que não somos. Eu acho que São Paulo tem que ter, sim, espetáculos internacionais, tudo isso. Mas, se todo mundo fizesse a sua parte, cumprisse o que está na lei e investisse tão bem para gerar emprego, porque trabalhar na lei também gera emprego, acho que essa discussão nem estaria sendo necessária nesse momento. Cada um faz o seu, todo mundo ganha – a população, o governo e os empresários. É só trabalhar certo, gente. Não precisa discutir.

Hoje em dia, parece que é o poste que está mijando no cachorro. Mudou. Mudaram as coisas. Votamos em parlamentares que agora vêm com leis que prejudicam a população. Não é possível virmos a esta Casa para encontrar uma lei daquele que elegemos que está querendo nos prejudicar. É inadmissível.

Okay? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sim, com certeza.

Tem a palavra o João Moreirão . Hoje não trouxe o chapéu. Veio incógnito, está camuflado.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras.

Eu não vou falar aqui dos decibéis, que já falaram bastante a respeito, eu vou falar de uma questão que eu vi passar na minha frente: a desonestidade intelectual, a imoralidade de alguns argumentos.

Eu ouvi, por exemplo, o seguinte: “a rua faz não sei quantos decibéis, a moto faz não sei quantos decibéis, por aí fora, então eu também posso fazer”. Eu cheguei a ouvir um argumento que fazer ilegalidade só por três, quatro horas, não tem problema. O trombadinha, quando rouba o meu celular, leva 30 segundos. Deixou de ser crime? Essa é a questão.

A realidade é que a lei já existia quando veio a Allianz Parque, o WTorre, quando a GL pegou a concessão do Anhembi. As leis já existiam, e eles criaram um modelo de negócios para ganhar muito dinheiro que só é possível fora da lei. Então agora tentam trocar a lei. Não,

ganhem o dinheiro dentro da lei. Eu ganho o meu dinheiro dentro da lei e pago os impostos. E se eu saio da lei, cai o mundo em cima de mim. Essa é a realidade. Então ganhem o vosso dinheiro dentro da lei.

Eu não estou preocupado se vai ter que fazer teto, se vai ter que mitigar. Não, cumpram a lei. A nossa saúde, o nosso horário de descanso, é fundamental.

Eu moro a 1.700 metros em linha reta do Anhembi. E, na madrugada de sexta para sábado, dia 7, eu não consegui dormir a noite inteira. Moro a 1.700 metros do Anhembi. Eu moro a dois mil metros em linha reta do Allianz Parque. E eles, quando fazem aqueles shows de má qualidade, eu não durmo.

Eu já falei o problema aqui uma vez: música boa não é alto, não incomoda ninguém; essa música, essa porcaria, aí, sim, têm que ser muito alto, barulhento, para as pessoas entrarem em êxtase. Sei lá. Deve fritar os miolos, alguma coisa assim, não é possível.

Agora, a realidade é que não dá para chegar aqui e comparar local de trabalho, que eu acho que está um exagero essa quantidade de decibéis com horário de descanso na casa das pessoas. Essa é a questão. Nem dá para argumentar que a ilegalidade por algumas poucas horas não faz mal. Objetivamente, a lei existia. Temos que ter honestidade intelectual, temos que ter moralidade, porque esse projeto é imoral, serve a alguns interesses financeiros e é contra a saúde da população. E nós já vimos aqui a descrição de como ela apareceu aí. Essa é a questão.

Aliás, para encerrar, eu queria dizer o seguinte: fizemos umas reuniões com o pessoal da GL, que tem o Anhembi. Vejam, os senhores, a desonestidade deles. É uma pena que tenham ido embora, não sei se ainda sobrou alguém aí. Disseram: “Não teremos mais festas universitárias”, ‘porque as festas universitárias são uma loucura incontrolável. Eu tenho testemunhas desta reunião. Não, não deu um mês, fizeram festa universitária, não deixaram ninguém dormir no entorno. Quer dizer, são, acimam de tudo, desonestos no trato.

E eu, em última palavra, gostaria de me dirigir à Prefeitura e dizer que não compete a ela ficar com justificativas indevidas. Compete cumprir o dever de fiscalizar. (Palmas). Não adianta a gente ouvir conversas de que não vale à pena ir para o Ministério Público, senão não

tem conversa; que conversa é essa? Não ouvir.

Não adianta vir aqui uma funcionária representando o Secretário Cesar Azevedo dizer que a alternativa é “então, não ter show e ir para outra cidade”. Não. A alternativa não é fazer ilegalmente ou deixar de fazer. A alternativa é fazer dentro da lei ou não fazer. Fim de questão.

Como já estamos com muito tempo, encerro por aqui. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Juliana Caruzo, moradora de Santana. (Pausa) Elias Zaqueu Paiano, morador.

O SR. ELIAS ZAQUEU PAIANO – Olá, boa noite a todos.

Eu vou dar outra visão. É a segunda vez que venho a esta Casa. Na primeira vez, fiquei muito indignado com a presença forte dos que tendenciam aprovar esta lei. Hoje, é incrível, só veio o protagonista do problema – na verdade, ele é o protagonista, mas são vários outros problemas a se defenderem, isso eu achei uma pena.

Eu faço parte do grupo do Anhembi, Campo de Marte, temos uma amplitude muito grande. Vou puxar a sardinha para o nosso lado porque, pela sua palestra, ficou muito claro de a gente entender isso.

Eu estava hoje estudando os RLAs para entender qual é o problema. Naquele gráfico que mostra a dispersão, nós ganhamos da cidade toda, porque, como alguém falou, tem um peru num pires no meio e milhares de imóveis em volta. Não vou falar que o problema do Allianz é pequeno, porque ele está concentrado e tem poucos prédios em volta. Nós temos milhares de pessoas que estão com esse problema, e muito pouco foi dito sobre essa questão.

Ouvi algumas vezes aqui das pessoas falando do espaço para *show*, “passa para o Anhembi, legal fazer no Anhembi”, as pessoas que imaginam que lá por ser um campo aberto pode-se fazer. É o contrário: por ser um campo aberto é muito pior.

Não vou repetir coisas que já falaram aqui, mas eu acho que o aparelhamento dos órgãos do PSIU, se não melhorarem, eles fazem o que podem, do jeito que podem, e está todo mundo falando que o problema da questão do PSIU.

Eu queria fazer uma analogia meio boba aqui, mas já pensou se a gente tivesse que estar discutindo uma lei ou os senhores estarem votando se haveria vacina ou não? Se se fabricaria? Se todo mundo ia ou não tomar vacina? Será que não parece a mesma coisa?

Saúde não se discute. Não temos que estar aqui para ser votada se pode ou não com relação à saúde. Não tem conversa. É questão médica e de saúde pública.

Muito obrigado.

Boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Leonardo Maglio.

O SR. LEONARDO MACHADO MAGLIO – Boa noite a todos, Presidente. Estou representando o Vereador Professor Toninho Vespoli.

Querida deixar a nossa posição fortemente contrária a esse projeto. Primeiro, por tudo o que foi falado, sobretudo, pelo limite de ruído previsto nessa proposta desse projeto de lei, que vai contra a ABNT, Resoluções Conama, os parâmetros de zoneamento da região. Então, é um completo absurdo propor algo que vai contra a ciência, sobretudo, como ficou claro aqui. Inclusive, é triste ver os funcionários da empresa indo contra a própria ciência nas falas. É uma coisa revoltante, quando não com risadas irônicas sobre um problema muito sério de saúde pública.

Em segundo lugar, porque as próprias ZOIS foram criadas porque têm as suas peculiaridades. Então, entrar com um projeto de lei que tem um regramento para todas as ZOIS sendo que elas surgiram na sua essência porque é uma região que tem suas especificidades, é um absurdo.

É uma pena que a representante da Prefeitura não está aqui para responder isso que é uma pergunta do Vereador: qual é o sentido de criar um regramento para todas as ZOIS, sendo que elas são, originalmente, áreas com as suas peculiaridades. Não faz nenhum sentido isso e beira o absurdo também.

Por fim, o método é curioso. É muito curioso que, depois que a Allianz foi autuada pela terceira vez, dois dias depois, chega na Casa um projeto escrito à mão, foi até para a

televisão, um papelzinho escrito à mão, para mudar os dB ali. É uma coincidência que chama muita atenção, num projeto de um Vereador X, de cujo projeto não tem nada a ver com isso na sua essência.

Então, é muito esquisito ou é uma coincidência muito grande.

Para concluir, eu tive um cuidado de olhar o site da Allianz Parque para ver as questões relacionadas à sustentabilidade e não achei nada. Pode, sim, ter as coisas. Foi falado que tem, mas existem padrões para se reportar isso para a sociedade civil, padrões de relatórios de sustentabilidade que são importantes deixar públicos para que as pessoas possam tomar ciência, sobretudo, numa questão dessa que afeta muito a sociedade civil em volta.

Então, é importante deixar os relatórios, se é que existem – não estou falando que não existam as ações práticas, mas não são públicas. Existem padrões internacionais para deixar isso claro para a sociedade.

É isso.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Tem a palavra o Vereador Rodrigo Goulart, que representa o Esporte Clube Corinthians, além de ser Vereador da Comissão de Política Urbana.

O SR. RODRIGO GOULART – Boa noite a todos. Eu não ia comentar sobre o assunto, mas já que V.Exa. fez a referência, eu gosto de acompanhar nessas arenas e os shows que o Corinthians costuma dar, mas como não é o caso do que estamos tratando, vou direto ao assunto: acho que muito foi falado aqui por todos que fizeram uso da palavra, principalmente, os moradores, a sociedade civil, alguns representados pelas suas entidades, mas de toda a dificuldade que nós temos de aprovar um projeto como esse.

Um projeto que, originalmente, não tem nada a ver com o assunto. Há uma proposta que estamos discutindo aqui que é muito perigosa para a saúde da cidade. Até para alguns colegas já falei, acho que para o Presidente e para a Vereadora Silvia, respeitando todas as famílias; eu também tenho família e dou total valor à família, mas vou traçar um paralelo aqui

porque é como se fosse a cômputo pegar o seu cômputo traído no sofá e resolve jogar fora o sofá. Joga o problema para a sociedade, em vez de resolver o problema dentro de casa.

Então, não dá para a gente fazer traçar um absurdo como esse. Temos aqui um dos documentos apresentados que, na própria licença de funcionamento estão muito claros os limites que devem ser respeitados. Isso em um caso, mas tenho certeza de que nos outros também há o que se respeitar. Temos medidas para mitigar tudo isso, para diminuir, se não acabar com esse problema. Eu sou vizinho do Autódromo de Interlagos. Nesse final de semana, possivelmente, nós tenhamos mais um grande incômodo no entorno do Autódromo de Interlagos. Está se montando uma grande estrutura de som mecânico, inclusive, já alerta tanto o Contru quanto o PSIU, para que se atentem a isso. Os organizadores colocaram alguns pontos de monitoramento que eu espero que no dia estejam funcionando. Se não me engano são 15-18 pontos de monitoramento no entorno do Autódromo para que não tenha essa questão da incomodidade. Lembrando que a incomodidade não tem horário. Ela pode ser 24h por dia, desde que esteja incomodando há como se reclamar. Eu tenho até um grande respeito pelos funcionários públicos, os de carreira e os que não são de carreira, principalmente, esses do PSIU porque eu tenho certeza que o pessoal do PSIU faz das tripas coração, mas, infelizmente, de seis a dez agentes do PSIU para toda a cidade. Inclusive, a Vereadora Cris Monteiro está aqui. Ela mesma abordou e cobrou sobre essa questão da quantidade de agentes do PSIU em uma reunião em que estávamos todos Vereadores.

Então, a solução não é o aumento desse limite, mas, sim, a regulação pelos próprios, sejam eles públicos ou privados, empreendimentos, como o Anhembi que é uma concessão, as arenas que estão em discussão.

Inclusive, estive no Anhembi, nesta semana, e o representante do Anhembi falou que não viria na reunião porque não vê essa necessidade do aumento do limite. Então, eles têm a consciência de que têm que fazer medidas dentro do próprio empreendimento.

Essa é a minha contribuição. Eu não sou contra nenhum tipo de evento, tanto é que presido na Câmara a Comissão de Turismo, Lazer, Gastronomia e Eventos, nós temos que

promover e incentivar os eventos, mas que todos respeitem a legislação, assim como cada um dos senhores que estão aqui respeito também dentro de suas casas.

Era isso, Presidente.

No que depender de mim, conversarei com os meus Pares para não aprovarmos um projeto como este, da forma como está.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Goulart.

Eu vou passar a palavra ao Dr. Jairo de Luca, Promotor de Justiça. Fique à vontade.

O SR. JAIRO EDWARD DE LUCA – É bem rápido, quarenta segundos. Em primeiro lugar, aproveitando a fala do Vereador que conheci hoje, também, queria parabenizar o PSIU na pessoa do Guilherme porque eles são muito atuantes. Realmente, tem um problema sério de falta de funcionário e de fiscal. Eu acho que esse é um investimento que a Prefeitura pode pensar a respeito.

O segundo ponto é que, além dessa audiência pública de 22 de junho, o Ministério Público não está – aliás, o MP não está olhando apenas para o problema dos moradores do entorno das ZOEs. Nós temos uma questão muito séria que é os pancadões de rua.

A convite da Prefeitura já fizemos duas reuniões em Cidade Tiradentes. Os jovens da periferia precisam ter acesso à cultura e ao lazer. Como conciliar esses interesses?

Estamos pretendendo com o IPT discutir essas questões dos pancadões de rua. Só para trazer essa situação.

Obrigado pela atenção. É uma honra estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Dr. Jairo. Queria agradecer em nome de todos os membros da Comissão de Política Urbana o trabalho que vocês têm feito em paralelo ao nosso, conosco, em parceria; muitas vezes, com opiniões divergentes, mas buscando pontos em comum, e a contribuição. A presença de vocês nestas audiências públicas com a gente nos enriquece muito porque nos dá muita segurança, até porque a formação de vocês é absolutamente diferente da nossa e nos deixa muito seguros com tudo isso.

O SR. JAIRO EDWARD DE LUCA – A gente está do mesmo lado sempre, Ministério Pública, Câmara, Prefeitura, Poder Público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Nós já temos tido muitas respostas de vocês com todo esse trabalho que temos feito em paralelo.

O SR. RODRIGO GOULART – Pela ordem, Presidente, por dez segundos.

Só a título de sugestão, não tirando a competência exclusiva, vamos dizer assim, do PSIU, mas que nós possamos levar ao Executivo uma proposta de que voltem do dB as 32 Subprefeituras, continuando os agentes do PSIU na sua atuação, mas não deixando exclusivo a eles.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereador Goulart, vou deixar para que V.Exa. apresente por escrito na Comissão de Política Urbana, quarta-feira, aprovamos e encaminhamos em nome de toda a Comissão. Muito obrigado. É uma boa sugestão.

Vereadora Cris Monteiro está conosco?

A SRA. CRIS MONTEIRO – Estou, sim, Vereador. Obrigada. Presidente, Colegas e todas as pessoas que estão conosco neste momento, boa noite.

De fato, eu já havia falado na outra audiência pública em que participei e ouvi: é chocante ouvir o relato dos moradores. Eu já queria colocar diante de todos os senhores que o projeto, do jeito que está, também não tem meu voto. Eu sou uma pessoa liberal, sou do NOVO, sou a favor do empreendimento, sou a favor do lucro, mas, obviamente, sou a favor de que essa parte da nossa cidade seja responsável com o próprio Município que precisa dormir, entrar em casa, ler seu livro e estar em paz.

Eu já falei algumas vezes, tenho falado com o Guilherme do PSIU. O PSIU conta apenas com 14. Conversei longamente com o Guilherme porque temos outro nível de incomodidade em outra parte da cidade que não se resolve. A questão da incomodidade no geral precisa ser enfrentada com coragem. Não é fácil. Ouvimos falar dos pancadões, estamos tendo esse problema aqui agora, estivemos numa audiência pública sobre a questão das (ininteligível) temos outros problemas na cidade gerando incomodidade.

Acontece que, como Poder Público, não vimos enfrentando isso com a coragem necessária. Não se faz omelete sem quebrar ovos. Precisamos enfrentar isso. E como já disseram várias vezes não é legalizando o ilegal, ou seja, não é aumentando os dB. É tentando encontrar alternativas que, de fato, funcionem. Aumentar os dB pode funcionar para uma parte e não, para outra.

Eu não vou me estender. Já está tarde. Todo mundo já deve estar bastante cansado. Escutei todos os senhores e tenho clareza do que os senhores estão vivendo. Podem contar comigo. Vou estar junto à Prefeitura, com meus Colegas Vereadores e vamos tentar, de todas as formas possíveis, que esse projeto não passe da forma como está.

Boa noite a todos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Vou chamar o Adriano Durães, participante do Instituto Nacional de Apoio às Vítimas da Violência Sonora.

Quero lhe pedir desculpas, Adriano, porque nós pulamos o seu nome na sequência das falas anteriores.

Tem a palavra, fique à vontade.

O SR. ADRIANO DURÃES – Boa noite.

Há cerca de catorze meses, mais três pessoas formei um grupo no Facebook. Hoje, já estamos em torno de 40 mil de todas as pessoas afetadas por algum tipo de violência sonora. Em razão disso, estamos formando o Instituto Nacional de Apoio às Vítimas de Violência e Insalubridade Sonora.

O que eu gostaria de passar aqui, em razão do tempo e de toda essa dificuldade, nós temos vários relatos que estão à disposição de todos os Vereadores da Casa, posso encaminhar 500 relatos para vocês de pessoas afetadas por poluição sonora e o estrago que isso faz nas vidas delas.

Ouvi algumas falas de que são só três ou quatro horas. Uma pessoa que sofre um

estupro físico pode durar trinta minutos ou uma hora, e isso causar um trauma eterno na vida dela. Todas as pessoas que sofrem de violência sonora têm os mesmos sintomas de um estupro físico: ela não consegue mais chegar na casa dela, fica imaginando o vizinho, o bar que está ao lado da casa dela, se vai conseguir dormir.

E a violência sonora vem acompanhada de ilicitudes, isso não foi tratado aqui hoje. Onde tem violência sonora tem ilicitudes, drogas, violência, imoralidade. Isso não está sendo tratado.

Estão apoiando o ilegal em nome de três empresários. Isso é uma vergonha, se os Vereadores do Município de São Paulo apoiarem essa proposta vergonhosa, vão apagar o nome de vocês da história de São Paulo.

A fala seria essa. Fere a lei nacional, a lei de crimes ambientais que também não foi mencionada, L. 9605/1998, artigo 54, a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente, n. 01 e 02, além das normas técnicas da ABNT que já foi mencionada pelo professor e muito explanada.

Então, pedimos que vocês, Vereadores, avaliem. Visitem o nosso grupo Lei do Silêncio no Facebook. Temos vários Vereadores e Deputados Estaduais, inclusive, o Delegado Olim acabou de aprovar um PL para todo o Estado de São Paulo. Tivemos conversas com ele. Vocês estarão indo na contramão do mundo.

Essa é a minha fala. Obrigado.

Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Nós já ultrapassamos em uma hora o tempo da nossa audiência pública. Encerra, Moreirão.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – É só solicitar um requerimento oral para V.Exa. que é o seguinte: o pessoal da Allianz ofereceu, inclusive, o relatório DSG etc. Estou solicitando a esta Comissão que requeira, até porque foi uma oferta que eles fizeram, e, aproveitar e requerer da GL do distrito Anhembi que, também, está obrigada a esse cumprimento, porque acho que isso

é bom. Então, estou solicitando a esta Comissão que requeira esses relatórios DSG.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – *Okay.* Muito obrigado, Moreirão.

Senhores, não havendo mais nada a tratar e não havendo mais inscritos, agradeço a paciência, colaboração, contribuição e presença de todas.

Tenham todos uma boa noite.

Está encerrada a audiência pública do PL 239/2018.
